BRK Ambiental Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



BRK

2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contatos

riambiental@brkambiental.com.br

1. Carta do Presidente



Visão de Futuro

O ano de 2025 simbolizou o início de uma nova fase para a BRK. Após a revisão de nossas prioridades e alinhamento da nossa Visão, Estratégia e Valores – que encabeçou o planejamento estratégico dos últimos dois anos – atingimos um novo momento para a Companhia, amparado por uma visão clara de futuro.

Este foi um ano marcado por recordes de receita, arrecadação, EBITDA, e margens operacionais, sustentados por forte disciplina de custos e eficiência operacional.

Em dezembro, o consórcio formado por nós, em parceria com a Acciona, empresa de engenharia com presença global e longo histórico de atuação no Brasil, foi declarado vencedor do processo licitatório conduzido pelo Governo do Estado de Pernambuco referente ao Bloco 2 (RMR Pajeú), para assumir os serviços de água e esgoto em mais de 151 municípios, incluindo a Região Metropolitana do Recife, onde a BRK já opera há mais de 12 anos, e com população estimada de 7 milhões de habitantes, por um prazo de 35 anos.

Assim, seguimos amparados por um tripé estratégico que guiam cada decisão que nós tomamos: capacidade de execução, eficiência, e impacto social e ambiental. Mais do que perseguir metas, colocamos propósito em prática – levando saneamento muito além do básico, com disciplina financeira e uma agenda ESG que transforma realidades.

Saneamento Muito Além do Básico

Ao longo do ano, a BRK reafirmou seu compromisso com a universalização do saneamento, com avanços que combinam engenharia, gestão e inovação. Em março, demos um passo concreto nessa direção com a inauguração da operação ampliada da ETE Cabanga, em Recife, após obras de expansão e modernização. O resultado é direto: mais de 300 mil pessoas beneficiadas, preservação dos recursos hídricos no Rio Jiquiá e impactos positivos em todo o manguezal da bacia do Pina.

Ainda, alcançamos em dezembro a universalização do sistema de esgotamento sanitário de Barra de São Miguel, na Região Metropolitana de Maceió (RMM). Primeiro município entre os 13 atendidos pela BRK na RMM a receber todo o conjunto de obras estruturantes da concessionária, o destino turístico passa a contar com uma rede coletora moderna, implantada por meio de um investimento de R$ 40 milhões.

A modernização das unidades permite a adoção de processos mais eficientes e sustentáveis, reduzindo impactos ambientais e elevando o desempenho do saneamento nos municípios. Saneamento é saúde e dignidade — e, para nós, é também execução de excelência.

Capacidade de Execução

No campo financeiro, construímos solidez com disciplina. Com eficiência operacional e rigor na execução dos investimentos, alcançamos resultados financeiros históricos em 2025, com uma Receita Operacional Líquida Ajustada de R$ 3,7 bilhões, crescimento em bases comparáveis de 7% frente a 2024, um EBITDA Ajustado que pela primeira vez ultrapassou os R$ 2,0 bilhões, com um avanço de 11% em relação ao ano anterior também em bases comparáveis, e uma Margem EBITDA Ajustado de 55%.

Esses números refletem uma gestão ativa e conhecimento profundo de nosso portfólio, buscando aprimoramento operacional, gestão assertiva de custos e decisões estratégicas de financiamento.

Ao longo de 2025, concluímos emissões e refinanciamentos importantes – incluindo operações pioneiras e negociações diretas com credores – com prazos mais longos e custos competitivos, reforçando a nossa

estrutura de capital. Como destaque, celebramos a 14ª emissão de debêntures simples, no valor de R$ 1,5 bilhão, prazo de 5 anos (bullet) e remuneração equivalente a CDI +1,90% a.a., além de um refinanciamento com o Scotiabank de US$ 150 milhões (full hedge). Os recursos dessas operações foram direcionados ao pré-pagamento de dívidas da Companhia que tinham vencimentos entre 2027 e 2028, alongando os prazos e reduzindo o nosso custo financeiro.

Encerramos o ano com uma alavancagem de 6,0x, uma redução significativa de 0,4x vs. 2024, evidenciando os nossos esforços rumo à uma trajetória constante de desalavancagem. Além disso, contamos com um prazo médio da dívida alongado, que ultrapassa 10 anos, e alta liquidez.

Sustentabilidade Empresarial ESG (Ambiental, Social e Governança)

No âmbito ESG, seguimos trilhando uma agenda consistente e mensurável. Pelo terceiro ano consecutivo, nosso inventário de gases de efeito estufa recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro do GHG Protocol.

Nossa atuação social também avançou. O Fonte de Futuro, projeto que leva água potável e educação ambiental a escolas fora da nossa área de concessão, foi eleito o melhor projeto de impacto social do setor de infraestrutura no GRI Infra Awards 2025. Mais de 50 escolas já foram alcançadas, beneficiando aproximadamente 47 mil pessoas direta e indiretamente. É assim que propósito vira prática.

Em governança e compliance, mantivemos o selo ISO 37.001 – Sistema de Gestão Antissuborno, em auditoria de manutenção concluída sem qualquer não conformidade.

Nosso Sistema de Gestão do Trabalho Seguro segue robusto, com os melhores índices de incidentes reportáveis em comparação às maiores empresas públicas e privadas do setor — porque crescer com segurança e integridade é inegociável para nós.

Nossas operações também foram reconhecidas no Ranking Nacional do Saneamento 2025 (Instituto Trata Brasil): Limeira (SP) conquistou a 2ª colocação, sendo a 1ª entre as cidades operadas por empresas privadas; e Aparecida de Goiânia (GO) subiu 12 posições e chegou à 6ª colocação, figurando entre os três municípios que mais investiram em saneamento no país.

A Inovação Guiando o Futuro do Saneamento

A BRK foi eleita a empresa mais inovadora do setor de infraestrutura, segundo o anuário Valor Inovação Brasil 2025, realizado pelo Valor em parceria com a Strategy&, da PWC. Entre as conquistas reconhecidas, a BRK se destacou pela iniciativa eficaz de redução de perdas de água em Cachoeiro do Itapemirim (ES) e pelo reaproveitamento de lodo de esgoto em Gurupi (TO), onde biossólidos foram reaproveitados para apoiar o cultivo de eucalipto. Estes casos reforçam a integração da inovação e melhoria de processos, com a sustentabilidade ambiental da Companhia.

Na BRK, acreditamos que a indústria de saneamento está passando por uma transformação significativa impulsionada pela tecnologia. O uso de dados em tempo real tem aumentado a eficiência no tratamento de água e esgoto, reduzindo custos com energia e insumos químicos. A tecnologia também gera impactos positivos na gestão de perdas, na manutenção preditiva e na operação das redes. Na engenharia, a aplicação de Digital Twin e inteligência artificial na concepção de projetos assegura soluções mais eficientes e maior retorno sobre o capital investido. Além disso, a automação de processos e o uso de IA e algoritmos elevam a produtividade das equipes operacionais e promovem uma alocação cada vez mais eficiente dos recursos da Companhia. Estas iniciativas são exemplos capazes de promover uma transformação importante para os patamares de eficiência e rentabilidade da indústria.

Olhando para 2026, seguimos com nosso foco em eficiência operacional, execução de projetos de alto impacto, inovação aplicada e sustentabilidade financeira e ambiental. Temos clara visão de longo prazo e a convicção de que, com o engajamento das nossas pessoas, dos nossos fornecedores, nossos clientes e demais stakeholders, seguiremos colhendo frutos, buscando a consolidação da nossa liderança em eficiência e acelerando a universalização do saneamento no Brasil.

Alexandre Thiollier
CEO da BRK

2. A Companhia

2.1 Perfil Corporativo

A BRK é uma das maiores companhias privadas de saneamento no Brasil, em número de habitantes atendidos, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), atuando em mais de 100 municípios.

Suas unidades gerem serviços de água e esgoto por meio de parcerias com companhias estaduais e privadas, estados e municípios, complementando os investimentos públicos para a universalização do saneamento no país. Ao final de 2025, as operações da Companhia empregavam mais de 6.000 funcionários e beneficiavam cerca de 16 milhões de usuários, trabalhando pela contínua melhoria da sua qualidade de vida.

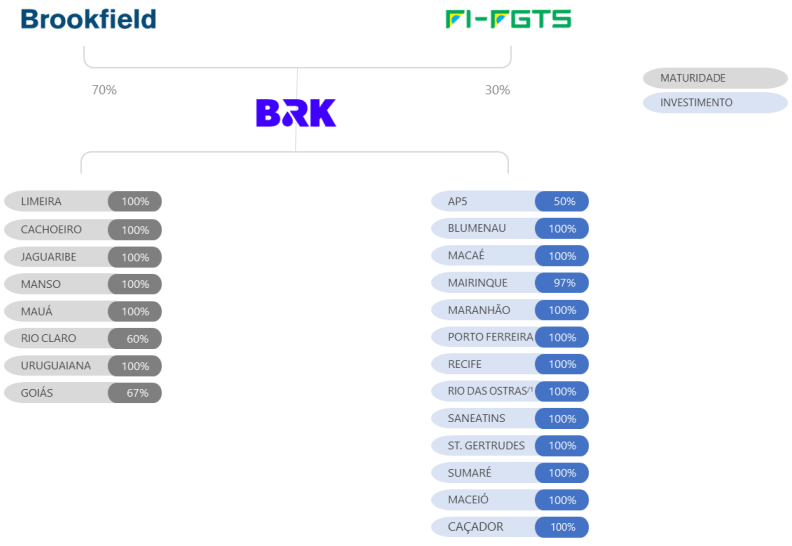
O diversificado portfólio de ativos da Companhia, composto por 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) de saneamento (água e/ou esgoto) em 13 estados, distribuídos por todas as regiões do país, mitiga a concentração de receita e os riscos hidrológicos. São 15 concessões e 5 PPPs (Parcerias Público-Privadas), com contratos de longo prazo em diferentes estágios: investimento ou maturidade.

Adicionalmente às 20 SPEs mencionadas acima, importante observar que, com participação de 50%, a BRK compartilha o controle da F.AB Zona Oeste S.A. (em operação na AP5, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro), como refletido no item "Equivalência Patrimonial" das Demonstrações Financeiras.

2.2 Composição Acionária e Estrutura Societária

Em abril de 2017, a Brookfield assumiu o controle indireto da BRK ao adquirir 70% de seu capital por meio do Fiji Fundo de Investimento em Participações (atual denominação do Fundo de Investimento em Participações BR Ambiental), enquanto o FI-FGTS detém os 30% remanescentes.

O quadro abaixo apresenta a estrutura organizacional simplificada da BRK e de suas controladas. As informações refletem a composição acionária na data base deste Relatório.



/1: A sociedade concluiu a operação da PPP com o município de Rio das Ostras, no estado do Rio de Janeiro em 1º de maio de 2024
/2: A SPE Capivari foi incorporada pela Holding em março de 2025

3. Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado (R$ mm)

	2025	2024	Δ (%)
Receita Bruta	**5.266**	**4.736**	**11,2%**
Água	1.734	1.630	6,4%
Esgoto	1.988	1.821	9,2%
Vendas	4,8	2,6	84,3%
Construção	1.185	921	28,6%
Ativo Financeiro	325	284	14,4%
Outros Serviços	30	78	-61,6%
Impostos e contribuições	(404)	(368)	9,9%
Abatimentos e cancelamentos	(79)	(73)	8,2%
Receita Líquida	**4.782**	**4.295**	**11,4%**
Receita Operacional Líquida	3.630	3.394	7,0%
Receita de Construção Líquida	1.153	901	27,9%
Custos e Despesas	**(3.465)**	**(3.158)**	**9,7%**
Custos dos Serviços Prestados	*(1.037)*	*(1.095)*	*-5,4%*
Desp. Gerais e Administrativas	*(591)*	*(510)*	*16,0%*
Custos de Construção	*(1.129)*	*(882)*	*27,9%*
Depreciação e amortização	*(709)*	*(671)*	*5,7%*
Resultado Financeiro	(1.343)	(1.060)	26,7%
Resultado Equiv. Patrimonial	(1)	(4)	-69,4%
IR/CSLL (correntes + diferidos)	(80)	(52)	54,2%
Lucro Líquido Operações Continuadas	(108)	20	n.a.
Prejuízo Líquido Operações Descontinuadas	-	(13)	n.a.
Lucro Líquido / (Prejuízo)	**(108)**	**7**	**n.a.**

Receita Operacional Líquida Ajustada	**3.695**	**3.498**	**5,6%**
EBITDA	**2.024**	**1.790**	**13,1%**
Margem EBITDA[1]	*55,8%*	*52,8%*	*3,0 p.p*
EBITDA Ajustado	**2.024**	**1.862**	**8,7%**
Margem EBITDA Ajustado	54,8%	53,2%	1,5 p.p

3.1 Receita Líquida e Receita Operacional Líquida Ajustada (R$ mm)

	2025	2024	Δ (%)
Receita Líquida	**4.782**	**4.295**	**11,4%**
(-) Receita de Construção Líquida	**(1.153)**	**(901)**	**27,9%**
(=) Receita Oper. Líq. ("ROL")	**3.630**	**3.394**	**7,0%**
(+) Exclusão dos efeitos do ICPC 01 / IFRIC 12	20	75	-73,5%
(+) Empresas controladas em conjunto	179	173	3,3%
(-) Participação de acionistas não controladores	(134)	(143)	-6,7%
Receita Oper. Líq. Ajustada ("ROL Ajustada")	**3.695**	**3.498**	**5,6%**

A **Receita Operacional Líquida ("ROL")** da Companhia totalizou R$ 3.630 milhões em 2025, aumento de 7,0% em comparação com 2024.

1 Margem EBITDA = EBITDA / Receita Operacional Líquida (receita excluída a receita de construção, apurada pela aplicação de margem de lucro estimada sobre custos de construção, de acordo com o IFRIC12 / ICPC01)

A **Receita de Construção Líquida** alcançou R$ 1.153 milhões em 2025, representando um aumento de 27,9%, em comparação com 2024, decorrente principalmente do andamento das obras nas controladas RMM e RMR, em concordância com o cronograma acordado nos aditivos.

A **Receita Líquida** alcançou R$ 4.782 milhões, crescimento de 11,4% em comparação com 2024.

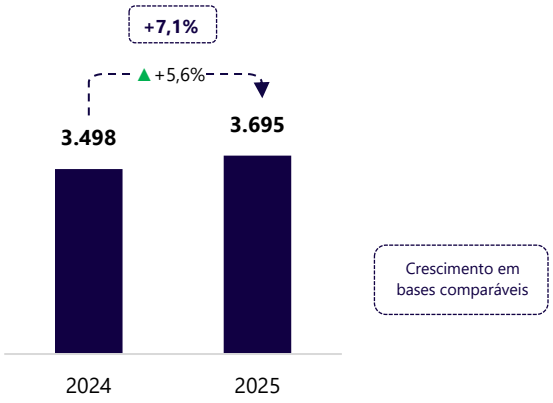
A **Receita Operacional Líquida Ajustada ("ROL Ajustada")** é composta pela ROL e considera:

(i) Exclusão dos efeitos contábeis da norma ICPC 01 (R1) / IFRIC12 - Contratos de Concessão, substituindo a receita contábil de ativos financeiros pelo faturamento líquido dos mesmos.

(ii) Adição da ROL da controlada em conjunto, F.AB Zona Oeste S.A. ("AP-5"), considerando a participação de 50%, para capturar apenas a parcela da BRK atribuível à participação nessa controlada.

(iii) Exclusão da ROL atribuída à participação de acionistas minoritários nas controladas da BRK (BRK Ambiental - Goiás S.A., BRK Ambiental - Rio Claro S.A. e Saneaqua Mairinque S.A.) para capturar apenas a parcela da BRK atribuível à participação nessas controladas.

ROL Ajustada



A **ROL Ajustada** totalizou R$ 3.695 milhões em 2025, crescimento de 5,6% em relação a 2024. Considerando o término do contrato de Rio das Ostras ("RDO") - PPP, se colocarmos os dois períodos em bases comparáveis[1], o crescimento da ROL Ajustada teria sido de 7,1% em 2025.

A seguir, demonstramos a evolução dos principais *drivers* para a composição da ROL Ajustada:

(i) Economias Ativas[2]: com o avanço na cobertura de atendimento, fruto da eficiente execução dos investimentos, foram adicionadas na comparação aproximadamente 70 mil novas economias ativas, com destaque para as 21 mil em Saneatins, 11 mil na F.AB Zona Oeste, 8 mil em RMM e 8 mil em Goiás;

(ii) Volume faturado: com maior concentração em clientes residenciais, o volume faturado no ano totalizou 462 milhões de m³, aumento de 1,5% em relação a 2024;

(iii) Tarifa média: aumento de 4,9%, de R$ 6,34 em 2024 para R$ 6,65 em 2025, refletindo, além dos reajustes tarifários, ganhos em decorrência de reequilíbrios aplicados, e das ações comerciais tais como a substituição de hidrômetros e regularização de cadastro;

(iv) Faturamento líquido de ativos financeiros: totalizando R$ 325 milhões em 2025 (+14,4% vs. 2024);

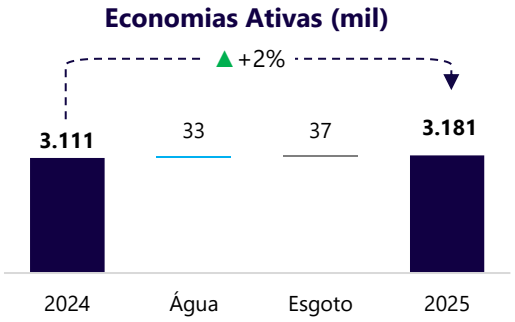
1 Considera para a comparação do ano a exclusão da operação de RDO nos meses de jan-abr/24, dado encerramento da operação em 1º de maio de 2024, e seu consequente impacto no ano

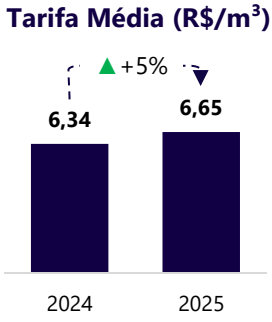
2 Economias Ativas = 0,9 Economias Faturadas e considera dados médios do período. A diferença entre economias ativas e faturadas ocorre por imóveis desocupados e imóveis com fornecimento de água cortado

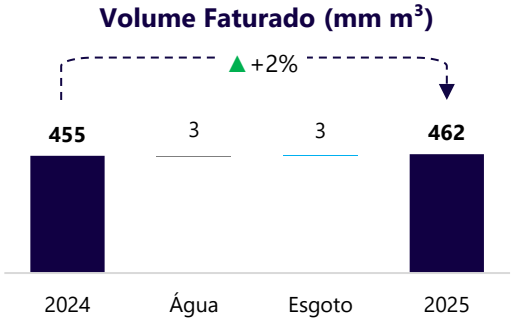
(v) Outros serviços: 2024 foi impactado positivamente pelo efeito do reequilíbrio contratual com recomposição de receita da BRK Goiás;

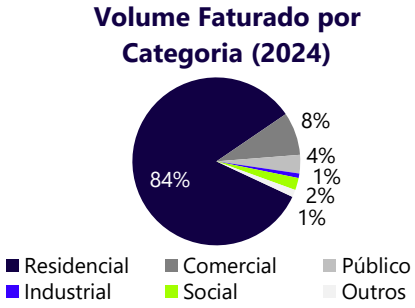
(vi) Abatimentos e cancelamentos: totalizando -R$ 79 milhões em 2025, conforme receita dos contratos de concessão auferida no exercício;

(vii) Receita de vendas[1]: totalizando R$ 4,8 milhões em 2025 (+84,3% vs. 2024).









3.2 Custos e Despesas e Custos e Despesas Ajustados (R$ mm)[2]

	2025	2024	Δ (%)
Pessoal	**(645)**	**(654)**	**-1,3%**
Materiais	**(337)**	**(351)**	**-4,2%**
Serviços	**(486)**	**(540)**	**-10,1%**
Energia Elétrica	(151)	(163)	-7,4%
Terceiros	(210)	(267)	-21,2%
Manutenção	(69)	(63)	9,5%
Outros Serviços	(55)	(48)	16,3%
Outros	**(161)**	**(60)**	**169,5%**
PMSO	**(1.628)**	**(1.605)**	**1,4%**
Depreciação e Amortização	(709)	(671)	5,7%
Custo de Construção	(1.129)	(882)	27,9%
Custos e Despesas	**(3.465)**	**(3.158)**	**9,7%**

1 Receita de vendas inclui a receita de venda do excedente de energia elétrica gerado pela Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") instalada na SPE de Cachoeiro de Itapemirim

2 As informações comparativas foram realocadas, deixando os insumos líquidos de impostos recuperáveis, para melhor comparabilidade. O impacto pode ser observado no acumulado da linha de Outros

O **PMSO** alcançou R$ 1.628 milhões em 2025, aumento de 1,4% na comparação com 2024, consideravelmente abaixo da inflação acumulada do período (4,26%). As principais variações de PMSO ocorreram nas linhas de:

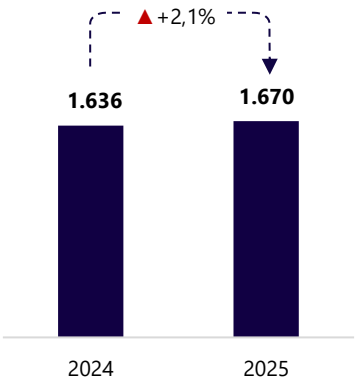
- Pessoal (-1,3% vs. 2024): reflete o progresso contínuo das iniciativas de eficiência operacional.

- Materiais (-4,2% vs. 2024) e Serviços (-10,1% vs. 2024): reflete os efeitos positivos das iniciativas de eficiência operacional, implantadas no contexto do projeto de Orçamento Base Zero, que permitiu a padronização de ações e replicabilidade das melhores práticas entre as unidades da BRK.

- Outros (R$ 161 milhões): impactado pelo aumento não recorrente de provisões cíveis e ambientais em Saneatins, além do impacto positivo do saldo proveniente da venda de ativos do laboratório central em 2024.

	2025	2024	Δ (%)
PMSO	**(1.628)**	**(1.605)**	**1,4%**
(+) Empresas controladas em conjunto	(87)	(99)	-11,8%
(-) Participação de acionistas não controladores	45	44	1,7%
(-) Custos do Projeto *Next Level*	-	24	n.a
PMSO Ajustado	**(1.670)**	**(1.636)**	**2,1%**

PMSO Ajustado



O **PMSO Ajustado** é composto pelo PMSO e considera:

(i) adição do PMSO de AP-5 na participação de 50%;

(ii) exclusão do PMSO atribuído à participação de acionistas minoritários nas controladas da BRK (BRK Ambiental - Goiás S.A., BRK Ambiental - Rio Claro S.A. e Saneaqua Mairinque S.A.);

(iii) exclusão do efeito dos custos do Projeto *Next Level*, tais como reorganização administrativa nos ativos, e gastos não recorrentes com o OBZ, em continuidade à agenda de eficiência, que ocorreram em 2024.

O **PMSO Ajustado** totalizou R$ 1.670 milhões em 2025 (+2,1% vs. 2024), absorvendo os impactos de uma inflação acumulada de 4,26% ao longo dos últimos 12 meses e o crescimento da base de economias em 2,3%.

3.3 Inadimplência Ajustada (%)[1,2,3,4]

A **Inadimplência Ajustada** considera os seguintes ajustes:

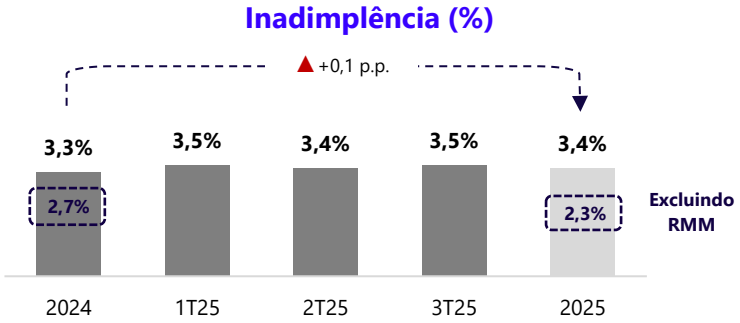
(i) exclusão dos efeitos contábeis da norma ICPC 01 (R1) / IFRIC12 (substituindo a receita contábil de ativos financeiros pelo faturamento líquido);

(ii) adição da contabilização das perdas de créditos esperadas da AP-5 na participação de 50%;

(iii) exclusão da contabilização das perdas de créditos esperadas referentes à participação atribuída a acionistas minoritários nas controladas da BRK (BRK Ambiental - Goiás S.A., BRK Ambiental - Rio Claro S.A. e Saneaqua Mairinque S.A.).

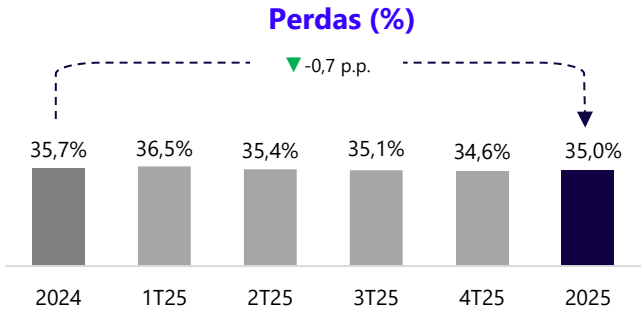
Em 2025, a BRK registrou 3,4% de inadimplência.

Caso excluíssemos a operação de RMM, a inadimplência da Companhia teria atingido 2,3%, uma redução de 0,4 p.p. fruto da (i) estratégia de combate a inadimplência adotada, especialmente na AP-5; (ii) intensificação de negociações com clientes inadimplentes Públicos e Privados; (iii) realização de feirões de renegociação e parcerias com órgão de gestão de crédito; e (iv) demais iniciativas comerciais.



3.4 Perdas (%)[5,6]

O índice de perdas da BRK atingiu 35,0% em 2025, uma redução de 0,7 p.p. quando comparado a 2024.



1 Perdas de créditos esperadas. Valores acumulados dos últimos 12 meses (UDM) e calculados com base na análise de perdas futuras, conforme o histórico de inadimplência segregando clientes privados e públicos, e de acordo com avaliação da administração
2 Considera o percentual da BRK na participação das controladas
3 Para efeitos de comparabilidade, os valores de inadimplência estão excluindo o efeito da operação de Rio das Ostras, dado término do contrato em 01 de maio de 2024
4 Os valores desconsideram o efeito da revisão da estimativa da carteira consolidada de recebíveis, realizada a partir do mês de julho de 2025
5 Índice de Perdas segue a metodologia do Balanço Hídrico da IWA (International Water Association)
6 O índice de perdas da BRK não considera os dados referentes à SPE RMM

3.5 EBITDA e EBITDA Ajustado (R$ mm)

	2025	2024	Δ (%)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(108)	7	n.a.
(+) Resultado Financeiro	1.343	1.060	26,7%
(+) IR/CSLL (corrente + diferido)	80	52	54,2%
(+) Depreciação e amortização	709	671	5,7%
EBITDA	**2.024**	**1.790**	**13,1%**
Margem EBITDA	*55,8%*	*52,8%*	*3,0 p.p*
(+/-) Lucro Líq. / (Prejuízo) Op. Descontinuadas	-	13	n.a.
(+) Exclusão dos efeitos do ICPC 01 / IFRIC 12	(4)	57	n.a.
(+) Empresas controladas em conjunto	94	79	18,9%
(-) Participação de acionistas não controladores	(90)	(101)	-10,5%
(+) Custos do Projeto *Next Level*	-	24	n.a
EBITDA Ajustado	**2.024**	**1.862**	**8,7%**
Margem EBITDA Ajustado	*54,8%*	*53,2%*	*1,5 p.p*

O **EBITDA** totalizou R$ 2.024 milhões em 2025, um aumento de 13,1% sobre 2024.

A **margem EBITDA** 55,8% em 2025, 3 p.p. superior a 2024.

O **EBITDA Ajustado** considera a exclusão do Lucro / Prejuízo Líquido de Operações Descontinuadas, além dos ajustes:

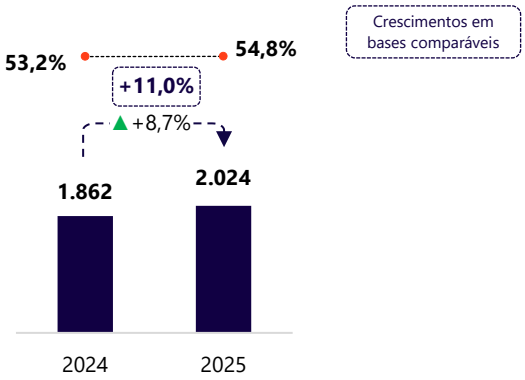
(i) exclusão dos efeitos contábeis da norma ICPC 01 (R1) / IFRIC12 (substituindo a receita contábil de ativos financeiros pelo faturamento líquido dos mesmos e excluindo a margem de construção de todos os ativos);

(ii) adição do EBITDA de AP-5 na participação de 50%;

(iii) exclusão do EBITDA atribuído à participação de acionistas minoritários nas controladas da BRK (BRK Ambiental - Goiás S.A., BRK Ambiental - Rio Claro S.A. e Saneaqua Mairinque S.A.);

(iv) exclusão do efeito dos custos do Projeto *Next Level*, tais como reorganização administrativa nos ativos, e gastos não recorrentes com o OBZ, em continuidade à agenda de eficiência, que ocorreram em 2024.

EBITDA Ajustado



O **EBITDA Ajustado** totalizou R$ 2.024 milhões em 2025, aumento de 8,7% sobre 2024. Considerando o término do contrato de RDO, se colocarmos os dois períodos em bases comparáveis, o crescimento do EBITDA Ajustado teria sido de 11,0% em 2025.

A **margem EBITDA Ajustado** atingiu 54,8% em 2024, 1,5 p.p. acima do resultado de 2024 e a maior registrada na história da Companhia para um único ano. Caso excluíssemos a operação

de Maceió, com margens naturalmente mais baixas em vista do estágio inicial de maturação, a margem da BRK teria atingido 60% em 2025.

3.6 Resultado Financeiro (R$ mm)

	2025	2024	Δ (%)
Receitas Financeiras	544	486	11,9%
Despesas Financeiras	(1.888)	(1.546)	22,1%
Resultado Financeiro	**(1.343)**	**(1.060)**	**26,7%**

Em 2025, o Resultado Financeiro totalizou -R$ 1.343 milhões, uma variação de 26,7% quando comparado a 2024. O resultado do ano foi impactado pelo crescimento das despesas financeiras, relacionado ao (i) aumento dos indexadores, (ii) volume maior de dívida no período.

3.7 Lucro / (Prejuízo) Líquido IFRS (R$ mm)

Em 2025, o Prejuízo Líquido totalizou R$ 108 milhões, impactado por maiores despesas financeiras, conforme explicado acima.

4. Liquidez e Endividamento

	2025	2024	Δ (%)
Dívida Bruta	**14.238**	**13.763**	**3,4%**
Disponibilidades e instrumentos financeiros derivativos[1]	2.071	2.348	-11,8%
Dívida Líquida	**12.167**	**11.415**	**6,6%**
EBITDA IFRS (UDM)	2.024	1.790	13,1%
Alavancagem	*6,0x*	*6,4x*	*-0,4x*
(+) Empresas controladas em conjunto	516	510	1,1%
(-) Participação de acionistas não controladores	(529)	(491)	7,7%
(+) Instrumentos financeiros derivativos	(2)	142	n.a.
Dívida Líquida Ajustada	**12.152**	**11.530**	**5,4%**
EBITDA Ajustado (UDM)	**2.024**	**1.862**	**8,7%**
Alavancagem Ajustada	*6,0x*	*6,2x*	*-0,2x*

4.1 Dívida Bruta (R$ mm)

A Dívida Bruta consolidada da BRK totalizou R$ 14.238 milhões em dezembro de 2025, sendo 32% concentrada na Holding e 68% nas SPEs.

O endividamento bruto aumentou 3,4% quando comparado a dezembro de 2024, resultado da execução dos investimentos, em sua maior parte financiados.

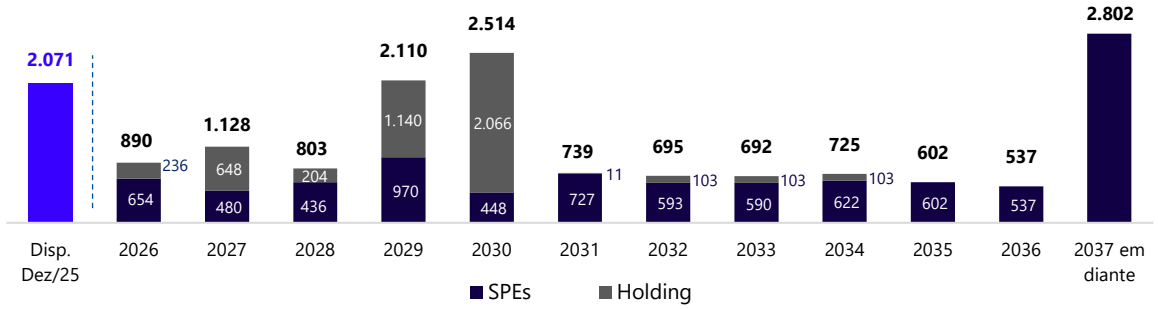
Conforme cronograma de vencimento da dívida abaixo, o saldo a vencer em 2026 totaliza aproximadamente R$ 890 milhões, (dos quais apenas R$ 236 milhões na Holding), frente às disponibilidades de caixa, que totalizaram R$ 2.071 milhões em dezembro de 2025.

No final de 2025, a Companhia realizou duas operações, uma junto ao Scotiabank, no valor de US$ 150 milhões (R$ 795 milhões), com full hedge e prazo de 5 anos, além da sua 14ª emissão de debêntures no valor de R$ 1.500 milhões, e prazo também de 5 anos. Os recursos de ambas as transações foram utilizados para o pagamento antecipado de parte do endividamento da

1 Inclui saldo de fundos restritos e derivativos

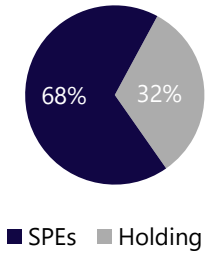
Companhia que venceria entre os anos de 2027 e 2028, em linha com a estratégia de extensão dos prazos e redução do seu custo financeiro.

Cronograma de Vencimento da Dívida Bruta

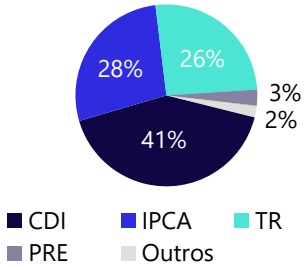


O prazo médio da dívida da BRK em dezembro de 2025 é de 10,2 anos, e o custo médio consolidado está em 13,3% a.a.

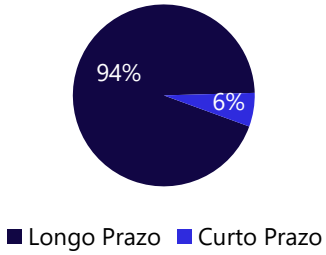
Perfil da Dívida



Indexador



Prazo



Caixa Consolidado
R$ 2,1 bilhões

Custo Médio
13,4%

Prazo Médio
10,1 anos

4.2 Disponibilidades (R$ mm)

Em 2025, a Companhia seguiu com liquidez elevada, encerrando o período com um saldo de caixa consolidado[1] de R$ 2.071 milhões, sendo R$ 951 milhões (46%) na Holding e R$ 1.120 milhões (54%) nas SPEs. Em relação a dezembro de 2024, houve uma redução de 11,8% nas Disponibilidades.

4.3 Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada (R$ mm)

A **Dívida Líquida** totalizou R$ 12.167 milhões em 2025, um aumento de 6,6% em relação a 2024.

A **Dívida Líquida Ajustada** é composta pela Dívida Líquida e considera:

(i) Adição da Dívida Líquida da companhia controlada em conjunto AP5, considerando a participação da BRK de 50%.

(ii) Exclusão da Dívida Líquida atribuída à participação de acionistas minoritários nas controladas da BRK.

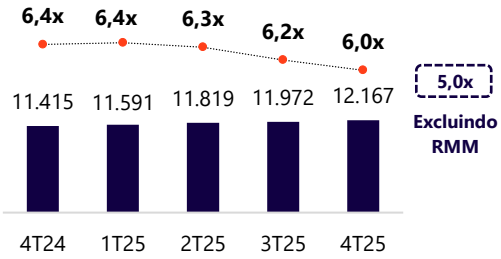
(iii) Exclusão dos instrumentos financeiros derivativos.

A **Dívida Líquida Ajustada** alcançou R$ 12.152 milhões.

[1] *Inclui saldo de fundos restritos e derivativos*

4.4 Alavancagem (x)

Dívida Líquida | Alavancagem (R$ mm | x)



A alavancagem da BRK totalizou 6,0x ao final de 2025, uma redução significativa de 0,4x quando comparada ao indicador do ano anterior, mesmo considerando o impacto do término da concessão de RDO. Tomando como ponto de partida este patamar, e ainda excluindo Maceió, que traz uma assimetria para esse indicador, a alavancagem totalizaria 5,0x.

A Companhia e a atual administração seguem focadas na desalavancagem, que segue ocorrendo como consequência do foco em eficiência, otimização dos investimentos, amadurecimento dos ativos e expansão do EBITDA.

4.5 Ratings

Companhia	*Ratings*	Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data
BRK	Corporativo	Moody's	AA-.br	Estável	01/10/2025
BRK	Corporativo	S&P	brAA-	Estável	29/10/2025
BRK	8ª Emissão	Moody's	A+.br	Estável	01/10/2025
BRK	10ª Emissão	Moody's	A+.br	Estável	01/10/2025
BRK	13ª Emissão	Moody's	A+.br	Estável	01/10/2025
BRK	14ª Emissão	S&P	brAA-	Estável	06/10/2025
Manso	3ª Emissão	Fitch	AAA(bra)	Estável	22/01/2026
RMM	2ª Emissão	Moody's	AA-.br	Estável	01/10/2025
Uruguaiana	1ª Emissão	Moody's	AA.br	Estável	19/12/2025
Mauá	1ª Emissão	Moody's	AA.br	Estável	11/04/2025

5. Investimentos[1] e Investimentos Ajustados (R$ mm)

	2025	2024	Δ (%)
Investimentos	**1.129**	**882**	**27,9%**
(+) Empresas controladas em conjunto	38	24	56,8%
(-) Participação de acionistas não controladores	(39)	(52)	-25,9%
Investimentos Ajustados	**1.128**	**854**	**32,0%**

Os **Investimentos** totalizaram R$ 1.129 milhões em 2025, representando aumento de 27,9% na comparação com 2024. O volume maior de investimentos é fruto, principalmente do

1 Medido pelo Custo de Construção

andamento das obras nas controladas RMM e RMR, em concordância com o cronograma acordado nos aditivos e memorandos de entendimento assinados.

Os **Investimentos Ajustados** são compostos pelos Investimentos e consideram:

(i) Adição dos Investimentos da companhia controlada em conjunto AP5, considerando a participação da BRK de 50%.

(ii) Exclusão dos Investimentos atribuídos à participação de acionistas minoritários nas controladas da BRK.

Os **Investimentos Ajustados** alcançaram R$ 1.128 milhões em 2025 (+32,0% vs. 2024).

6. Indicadores Operacionais[1]

	2025	2024	Δ (%)
Economias Ativas (Mil)	**3.181**	**3.111**	**2,3%**
Água	1.493	1.460	2,2%
Esgoto	1.688	1.650	2,3%
Volume Faturado (milhões de m³)	**462**	**455**	**1,5%**
Água	212	209	1,5%
Esgoto	250	247	1,4%
Inadimplência (%)	3,4%	3,3%	0,1 p.p
Perdas (%)	35,0%	35,7%	-0,7 p.p
Funcionários (#)[2]	6.209	6.117	1,5%

1 Inclui a quantidade de economias ativas médias de cada período, considerando a participação (%) da BRK nos ativos e não inclui as economias de RMR e Araguaia (operação descontinuada)
2 Considera 100% de todas as SPEs da BRK

7. Aviso Legal

Este documento contém declarações e informações prospectivas. Tais declarações e informações prospectivas são, unicamente, previsões e não garantias do desempenho futuro. Advertimos a todos os stakeholders que as referidas declarações e informações prospectivas estão e estarão, conforme o caso, sujeitas a riscos, incertezas e fatores relativos às operações e aos ambientes de negócios da BRK e suas controladas, em virtude dos quais os resultados reais de tais sociedades podem diferir de maneira relevante de resultados futuros expressos ou implícitos nas declarações e informações prospectivas.

8. Critérios contábeis adotados

As informações contábeis estão apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas, em Reais, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações operacionais consolidadas consideram as controladas consolidadas pela BRK Ambiental Participações S.A..

9. Medidas não-contábeis

Consistentemente com práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis (não-GAAP) que não são reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis. A Administração da BRK acredita que a divulgação dessas medidas não contábeis fornece informações úteis para seus investidores, analistas de mercado e o público em geral para comparar seu desempenho operacional com o de outras empresas. Entretanto, essas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizadas e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras empresas.

10. Serviços Prestados pelo Auditor Independente

A Companhia e suas controladas não contrataram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., seu auditor externo, para serviços adicionais à auditoria independente.

11. Composição da Administração

Conselho de Administração (Em 31 de Dezembro de 2025)

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Rafael Thor de Moura Rebelo Rocha

Patrick Magalhaes von Schaaffhausen

Alexandre Honore Marie Thiollier Neto

Fabio Makoto Fukubara

Sergio Henrique Oliveira Bini

Tiago Cordeiro de Oliveira

Diretoria Executiva (Em 31 de Dezembro de 2025)

Alexandre Honore Marie Thiollier Neto – CEO

Jorge Augusto Regis Gomes – VP Operações

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha – VP Financeiro e de Relações com Investidores

Daniela Mattos Sandoval Coli – VP Assuntos Corporativos e Regulatório

Ramon Sanches Silva – VP de Investimentos e Novos Negócios

Contador

Adelmo da Silva de Oliveira

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
BRK Ambiental Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRK Ambiental Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Infraestrutura da concessão

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrados nas rubricas "Ativos de contrato" e "Intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R$1.150.467 mil e R$9.769.085 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam substancialmente a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura de concessão.

Os referidos ativos de contratos de concessão representam o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements"), que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Os saldos registrados na rubrica "Ativos de contrato" referem-se aos ativos de concessão em construção que são transferidos para a rubrica "Intangível" quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são realizados por meio da cobrança de tarifa aos usuários pelos serviços prestados. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem e, quando aplicável, juros capitalizados, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e do elevado grau de julgamento envolvido na avaliação dos critérios para capitalização de gastos com infraestrutura e definição da vida útil e taxas de amortização dos ativos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 – Ativo Intangível (IAS 38).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos sobre a capitalização de gastos com infraestrutura da concessão e amortização do intangível; (ii) teste dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2025, através de inspeção da documentação suporte e indagações às áreas de negócio e controladoria, quando necessário, para avaliação da natureza dos gastos e a análise da classificação entre ativo intangível ou despesa de manutenção à luz do CPC 04 (IAS 38); (iii) o recálculo das amortizações, da margem de construção e da capitalização de juros registrados no exercício de 2025; e (iv) a análise e a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que os critérios adotados para capitalização de gastos e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de janeiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Junior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

56465

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	759.581	745.191	1.690.660	2.026.667
Contas a receber, líquidas	7	20.707		1.144.573	1.090.247
Partes relacionadas	20	25.174	60.213		
Adiantamentos a fornecedores			378	66	16.359
Tributos a recuperar		43.720	101.692	118.990	203.686
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8 (e)	81.466	71.535	5.867	5.867
Estoques				47.236	41.211
Outros ativos		33.656	24.597	71.286	35.376
		964.304	1.003.606	3.078.678	3.419.413
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	7	29.206		4.326.986	4.066.159
Fundos restritos	6			188.858	135.943
Instrumentos financeiros derivativos	15	191.219	185.264	191.219	185.264
Tributos a recuperar		462	459	97.110	90.691
Adiantamentos para futuro aumento de capital	8 (f)	37.932	232.450		
Partes relacionadas	20	2.104.068	2.248.675	33.861	35.423
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)			294.246	258.349
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8 (e)	407	26.050		
Depósitos judiciais		1.843	1.560	61.273	61.887
Outros ativos		64.246	50.952	100.394	101.933
		2.429.383	2.745.410	5.293.947	4.935.649
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	8 (b)	3.887.172	3.531.125	65.139	55.795
Propriedades para investimento				63.640	57.716
Imobilizado	9	6.468	7.922	88.964	86.078
Ativos de contrato	10			1.150.467	837.333
Ativo de direito de uso	11	8.279	12.306	242.530	238.050
Intangível	12	763.964	853.578	9.769.085	9.603.589
		7.095.266	7.150.341	16.673.772	15.814.210
Total do ativo		8.059.570	8.153.947	19.752.450	19.233.623

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	13	23.492	25.886	286.578	269.263
Empréstimos e financiamentos	14.1	38.306	9.644	319.069	306.972
Passivo de arrendamento	14.2	2.465	3.507	66.736	66.667
Debêntures	14.3	112.988	117.464	421.731	365.997
Instrumentos financeiros derivativos	15	82.282	43.230	82.282	43.230
Salários e encargos sociais	16	57.289	65.062	157.845	162.429
Tributos a pagar		2.377	5.656	111.478	91.096
PIS e COFINS diferidos				28.953	29.020
Obrigações com o Poder Concedente	17			19.918	36.970
Partes relacionadas	20			5.878	30.039
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			1.112	2.652	3.748
Outros passivos		248	303	10.511	11.941
		319.447	271.864	1.513.631	1.417.372
Não circulante					
Fornecedores	13	11.357	18.000	11.357	18.000
Empréstimos e financiamentos	14.1	796.843	681.153	5.636.273	5.457.451
Passivo de arrendamento	14.2	8.475	11.907	206.693	196.525
Debêntures	14.3	3.461.174	3.625.421	7.394.307	7.280.276
Instrumentos financeiros derivativos	15	110.588	45.900	110.588	45.900
Partes relacionadas	20	12.974	94.684	59.594	46.175
PIS e COFINS diferidos				393.295	369.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (a)	143.261	142.693	754.469	716.145
Provisões para riscos	18	196	247	67.923	38.739
Obrigações com o Poder Concedente	17			225.911	223.405
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar					147
Benefícios a empregados	21	6.025	5.109	39.188	38.769
Outros passivos				71.966	41.730
		4.550.893	4.625.114	14.971.564	14.472.864
Patrimônio líquido	22				
Capital social		4.008.806	4.008.806	4.008.806	4.008.806
Reserva de capital		56.966	56.666	56.966	56.666
Reservas de lucro		355.829	444.412	355.829	444.412
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.232.371)	(1.252.915)	(1.232.371)	(1.252.915)
Participação dos controladores		3.189.230	3.256.969	3.189.230	3.256.969
Participação dos não controladores				78.025	86.418
		3.189.230	3.256.969	3.267.255	3.343.387
Total do passivo e patrimônio líquido		8.059.570	8.153.947	19.752.450	19.233.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços e vendas (i)	23 (a)	9.892		4.782.404	4.294.721
Custos dos serviços prestados e vendas	23 (c)			(2.590.932)	(2.406.197)
Lucro bruto		9.892		2.191.472	1.888.524
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23 (c)	(53.945)	(41.892)	(778.927)	(689.451)
Perdas de créditos esperadas	23 (c)			(125.603)	(89.849)
Outras receitas	23 (c)	10.932	12.297	30.071	27.446
Equivalência patrimonial	8 (c)	320.317	295.704	(1.191)	(3.902)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		287.196	266.109	1.315.822	1.132.768
Resultado financeiro	23 (d)				
Receitas financeiras		583.207	475.665	544.318	486.279
Despesas financeiras		(980.963)	(743.110)	(1.887.653)	(1.546.452)
Resultado financeiro líquido		(397.756)	(267.445)	(1.343.335)	(1.060.173)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(110.560)	(1.336)	(27.513)	72.595
Imposto de renda e contribuição social correntes	19 (b)			(87.882)	(66.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (b)	20.865	19.009	7.427	14.632
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas		(89.695)	17.673	(107.968)	20.434
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas			(12.991)		(12.991)
Lucro (prejuízo) do exercício		(89.695)	4.682	(107.968)	7.443
Atribuível aos					
Acionistas da Companhia				(89.695)	4.682
Participação dos não controladores				(18.273)	2.761
				(107.968)	7.443
Lucro (prejuízo) por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) das operações continuadas	22 (f) e (g)	(0,0339)	0,0067	(0,0339)	0,0067
Lucro (prejuízo) por ação diluído atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) das operações continuadas	22 (f) e (g)	(0,0339)	0,0067	(0,0339)	0,0067
Prejuízo por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação) das operações descontinuadas	22 (f) e (g)		(0,0050)		(0,0050)

(i) Reestruturação societária (Nota 1.1 (c)).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora	
	Nota explicativa	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício		(89.695)	4.682
Itens que não serão reclassificados para o resultado	22 (h)		
Obrigações com benefícios pós-emprego - Companhia	21	543	108
Obrigações com benefícios pós-emprego de controladas das operações continuadas		2.432	(8.205)
Efeitos fiscais das operações continuadas		(827)	2.790
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa - Companhia		27.872	(22.573)
Efeitos fiscais hedge accounting de fluxo de caixa - Companhia		(9.476)	7.675
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa - Controladas			2.156
Efeitos fiscais hedge accounting de fluxo de caixa - Controladas			(733)
		20.544	(18.782)
Total do resultado abrangente do exercício		(69.151)	(14.100)

		Consolidado	
	Nota explicativa	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício		(107.968)	7.443
Itens que não serão reclassificados para o resultado	22 (h)		
Obrigações com benefícios pós-emprego de controladas das operações continuadas	21	2.975	(8.097)
Efeitos fiscais das operações continuadas		(827)	2.790
Obrigações com benefícios pós-emprego - não controladores		(107)	(962)
Efeitos fiscais - não controladores		36	327
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa		27.872	(20.417)
Efeitos fiscais hedge accounting de fluxo de caixa		(9.476)	6.942
		20.473	(19.417)
Total do resultado abrangente do exercício		(87.495)	(11.974)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia		(69.151)	(14.100)
Participação dos não controladores		(18.344)	2.126
		(87.495)	(11.974)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas da controladora								
				Reservas de lucro						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		4.008.806	55.166	32.877	407.965		(1.244.747)	3.260.067	100.045	3.360.112
Resultado do exercício:										
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas						17.673		17.673	2.761	20.434
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas						(12.991)		(12.991)		(12.991)
Outros resultados abrangentes:	22 (h)									
Obrigações com benefícios pós-emprego das operações continuadas							5.307	5.307	200	5.507
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto de renda e contribuição social							(13.475)	(13.475)		(13.475)
Total do resultado abrangente do exercício						4.682	(8.168)	(3.486)	2.961	(525)
Transações de capital com sócios:										
Constituição de reserva	22 (c) e (d)			234	3.336	(3.570)				
Programa de investimento - Opção de compra de ações	22 (i)		1.500					1.500		1.500
Dividendos minimos obrigatórios	22 (e)					(1.112)		(1.112)		(1.112)
Outras transações com não controladores									(16.588)	(16.588)
Em 31 de dezembro de 2024		4.008.806	56.666	33.111	411.301		(1.252.915)	3.256.969	86.418	3.343.387
Resultado do exercício:										
Prejuízo do exercício						(89.695)		(89.695)	(18.273)	(107.968)
Outros resultados abrangentes:	22 (h)									
Obrigações com benefícios pós-emprego das operações continuadas							2.148	2.148	(20)	2.128
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa líquido de imposto de renda e contribuição social							18.396	18.396		18.396
Total do resultado abrangente do exercício						(89.695)	20.544	(69.151)	(18.293)	(87.444)
Transação de capital com sócios:										
Programa de investimento - Opção de compra de ações	22 (i)		300					300		300
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	22 (e)				1.112			1.112		1.112
Absorção do prejuízo do exercício					(89.695)	89.695				
Outras transações com não controladores									9.900	9.900
Em 31 de dezembro de 2025		4.008.806	56.966	33.111	322.718		(1.232.371)	3.189.230	78.025	3.267.255

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(110.560)	(1.336)	(27.513)	72.595
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		(12.991)		(12.991)
Ajustes				
Depreciação e amortização	116.649	116.529	625.454	592.296
Amortização do ativo de direito de uso	2.883	4.102	83.082	78.285
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	355	6	636	511
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(528)	(1.040)	(5.537)	(4.540)
Equivalência patrimonial das operações continuadas	(320.317)	(295.704)	1.191	3.902
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas		2.349		
Perdas de créditos esperadas			125.603	89.849
Provisões para riscos	(91)	466	58.045	26.201
Ganho e perda na alienação de investimento		(6.593)		(6.593)
Ganho na alienação de investimento das operações descontinuadas		10.642		10.642
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	151.835	(106.089)	151.835	(107.545)
Rendimentos de fundos restritos			(37.131)	(20.817)
Margem de lucro de construção			(23.691)	(18.427)
Benefícios a empregados	1.177	1.555	143	4.631
Ajuste a valor presente	1.467	1.983	46.210	40.045
Ajuste a valor justo da dívida	1.052		1.052	
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	363.344	494.672	1.347.788	1.314.733
Outros ajustes			(5.924)	(3.833)
	207.266	208.551	2.341.243	2.058.944
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício dos ativos disponíveis para venda				1.556
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	4.209		(390.510)	(270.666)
Adiantamentos a fornecedores	378	88	16.293	5.199
Tributos a recuperar	79.485	17.616	78.612	17.898
Estoques			(6.025)	5.482
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	305.997	245.606		
Depósitos judiciais	150	(1.196)	614	(13.254)
Outros ativos	19.592	20.546	(34.369)	(19.599)
Fornecedores	(9.037)	(22.455)	(24.209)	(12.552)
Salários e encargos sociais	(7.773)	(115)	(4.584)	2.651
Tributos a pagar	(3.433)	3.043	(1.681)	6.124
PIS e COFINS diferidos			23.626	10.336
Obrigações com o Poder Concedente			(35.842)	(1.733)
Provisões para riscos		(254)	(28.861)	(15.794)
Partes relacionadas	(59.494)	(112.882)	(32.242)	(20.357)
Outros passivos	(56)	(496)	28.652	10.276
Caixa proveniente das operações continuadas	537.284	358.052	1.930.717	1.764.511
Imposto de renda e contribuição social pagos			(66.777)	(55.621)
Caixa líquido proveniente das operações continuadas	537.284	358.052	1.863.940	1.708.890
Total do caixa líquido aplicado nas atividades operacionais descontinuadas				(43)
Total do caixa líquido proveniente das atividades operacionais	537.284	358.052	1.863.940	1.708.847

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

(continuação)

Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(68.932)	(652.151)		
Aumento de capital em controladas	(92.353)	(410.430)		
Caixa decorrente de incorporação	2.107	2.461		
Baixa de investimentos		10.500		10.500
Fundos restritos			(15.784)	2.510
Adições ao imobilizado		(107)	(13.693)	(8.007)
Adições ao ativos de contrato e intangível	(25.935)	(30.529)	(695.294)	(640.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos continuadas	(185.113)	(1.080.256)	(724.771)	(635.435)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos descontinuadas		(28.901)		(367)
Total do caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(185.113)	(1.109.157)	(724.771)	(635.802)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos			(19.703)	(14.679)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	795.000	548.350	1.138.297	888.793
Custo de transação sobre ingressos de empréstimos e financiamento			(22)	(10.741)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(583.000)	(339.332)	(951.086)	(1.036.437)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(37.315)	(23.062)	(473.100)	(470.338)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(26.178)	(21.200)	(26.178)	(21.646)
Ingressos de debêntures	1.500.000	950.000	1.760.000	1.470.000
Custo de transação sobre ingressos de debêntures	(10.651)	(13.961)	(12.150)	(25.077)
Amortizações de debêntures	(1.685.253)		(1.773.145)	(844.982)
Juros pagos de debêntures	(566.205)	(368.710)	(981.366)	(577.032)
Amortizações de passivo de arrendamento	(4.269)	(3.470)	(116.793)	(106.199)
Programa de investimento - Opção de compra de ações	300	1.500	300	1.500
Partes relacionadas	279.790	165.877	(20.230)	(83.460)
Total do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos continuadas	(337.781)	895.992	(1.475.176)	(830.298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos descontinuadas				(23.454)
Total do caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(337.781)	895.992	(1.475.176)	(853.752)
Efeito de caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas				(1.150)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14.390	144.887	(336.007)	218.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	745.191	600.304	2.026.667	1.808.524
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	759.581	745.191	1.690.660	2.026.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receitas				
Receita bruta de serviços e vendas	11.510		5.265.677	4.735.941
Outras receitas	10.932	12.297	30.071	27.446
(-) Abatimentos e cancelamentos			(79.228)	(73.251)
(-) Perdas de créditos esperadas			(125.603)	(89.849)
	22.442	12.297	5.090.917	4.600.287
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de construção			(1.128.921)	(882.484)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63.455)	(55.535)	(900.665)	(914.680)
	(63.455)	(55.535)	(2.029.586)	(1.797.164)
Valor adicionado bruto	(41.013)	(43.238)	3.061.331	2.803.123
Depreciação e amortização	(119.532)	(120.631)	(708.536)	(670.581)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(160.545)	(163.869)	2.352.795	2.132.542
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial das operações continuadas	320.317	295.704	(1.191)	(3.902)
Reversão de provisão para perda de investimentos		(12.991)		(12.991)
Repasse de despesa	289.986	303.555	11.937	13.593
Receitas financeiras	583.207	475.665	544.318	486.279
Valor adicionado total a distribuir	1.032.965	898.064	2.907.859	2.615.521
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	137.084	145.640	559.534	574.728
Remuneração direta	103.575	116.978	367.062	395.050
Benefícios	26.174	20.960	160.699	148.159
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	7.335	7.702	31.773	31.519
Impostos, taxas e contribuições	3.234	2.436	526.374	455.789
Federais	2.861	2.317	520.836	445.024
Estaduais	215	2	2.507	4.877
Municipais	158	117	3.031	5.888
Remuneração de capitais de terceiros	982.342	745.306	1.929.919	1.577.561
Juros	917.922	702.080	1.675.880	1.374.520
Aluguéis	1.379	2.196	42.266	31.109
Outras	63.041	41.030	211.773	171.932
Remuneração de capitais próprios	(89.695)	4.682	(107.968)	7.443
Lucro (prejuízo) do exercício	(89.695)	4.682	(89.695)	4.682
Participação dos não controladores			(18.273)	2.761
Valor adicionado distribuído	1.032.965	898.064	2.907.859	2.615.521

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 29 de janeiro de 2016, tendo sido adquirida em 25 de abril de 2017 pelo BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“BR FIP”) como acionista controlador, fundo de investimento sob gestão da Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc, e tem como acionista minoritário o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”). A Companhia tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco no segmento de Água e Esgoto, através de suas controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto (coletivamente chamado "Grupo"), por meio de contratos de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros.

Em 22 de outubro de 2019, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B” e em 7 de novembro de 2022, a CVM concedeu a Companhia, a conversão do registro de companhia aberta para categoria “A”.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 14.401 – Torre Paineira, 7º andar – Vila Gertrudes - São Paulo – SP.

As presentes demonstrações financeiras individuas e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2026.

(a) Concessões públicas de Água e Esgoto

Empresa	Objeto do contrato	Ano inicial - final	Poder concedente (cliente)	Outorga	Índice base de reajuste anual de preços
Companhia (i)	Construção e locação da Estação de Tratamento de Esgoto de Campinas/SP.	2007 - 2029	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA	Não	Fórmula paramétrica
BRK Ambiental - Limeira S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	1995 - 2039	Município de Limeira - SP	Variável	Fórmula paramétrica
BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	1998 - 2048	Município de Cachoeiro do Itapemirim - ES	Variável	IPCA
Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com exceção dos contratos de concessão com os Municípios de Almas, Araguanã e Eldorado dos Carajás, cujos escopos abrangem apenas os serviços de abastecimento de água.	1999 - 2055, a depender do contrato	46 municípios no Estado do Tocantins e 5 do Estado do Pará	Não, fixa ou variável, a depender do contrato	IPCA, exceto São Geraldo do Araguaia (Fórmula paramétrica)
BRK Ambiental - Mauá S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2003 - 2043	Município de Mauá - SP	Não	Fórmula paramétrica
BRK Ambiental - Rio Claro S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2007 - 2037	Município de Rio Claro - SP	Não	IPCA
BRK Ambiental - Jaguaribe S.A.	Construção e operação do sistema de disposição oceânica do Jaguaribe em Salvador/BA.	2006 - 2026	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA	Não	IPCA
BRK Ambiental - Blumenau S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2010 - 2055	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	Não	IPCA
BRK Ambiental - Santa Gertrudes S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2010 - 2040	Município de Santa Gertrudes - SP	Fixa	IPCA
Saneaqua Mairinque S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2010 - 2055	Município de Mairinque - SP	Não	IGPM
BRK Ambiental - Uruguaiana S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2011 - 2043	Município de Uruguaiana - RS	Não	IGPM
BRK Ambiental - Porto Ferreira S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2011 - 2041	Município de Porto Ferreira - SP	Fixa	Fórmula paramétrica
F. AB. Zona Oeste S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2012 - 2042	Municipo do Rio de Janeiro - RJ	Fixa e Variável	IPCA-E
BRK Ambiental - Macaé S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2012 - 2047	Município de Macaé - RJ	Não	50% IPCA e 50% IGPM
BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2048	Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	Não	IPCA
BRK Ambiental - Goiás S.A.	Serviços de esgotamento sanitário.	2013 - 2041	Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO	Fixa	IPCA
BRK Ambiental - Manso S.A.	Serviços de ampliação e manutenção do sistema de captação de água do Rio Manso. Construção, operação e manutenção da captação Paraopeba.	2013 - 2028	Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	Não	IPCA
BRK Ambiental - Maranhão S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2015 - 2050	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico - CISAB	Não	IPCA
BRK Ambiental - Sumaré S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2015 - 2045	Município de Sumaré - SP	Fixa	IPCA
BRK Ambiental - Caçador S.A.	Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	2018 - 2048	Município de Caçador - SC	Variável	Fórmula paramétrica
BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A.	Serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e obras no Sistema Produtor da CASAL.	2021 - 2056	Estado de Alagoas	Fixa	Fórmula paramétrica

(i) Reestruturação societária (Nota 1.1 (c)).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava os serviços de saneamento (água e/ou esgoto) em 13 estados, distribuídos por todas as regiões do país. São 16 concessões, 4 Parcerias Público-Privadas ("PPP") e 1 locação de ativos, com contratos de longo prazo em diferentes estágios: desenvolvimento, investimento e maturidade. Em todas as concessões, as concessionárias têm o direito pleno de utilizar os ativos concedidos ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, são responsáveis por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas nos contratos de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em cada contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o Poder Concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Os investimentos são remunerados pelo Poder Concedente através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários. Adicionalmente, conforme detalhado na Nota 1.1 (c), a Companhia incorporou a operação de locação de ativos, BRK Ambiental – Capivari S.A. ("Capivari"), assumindo integralmente os respectivos direitos e obrigações.

Às concessionárias é requerido que sejam realizadas manutenções periódicas como manutenção em redes, preventiva e corretiva dos ativos. Estas manutenções também são remuneradas através de contraprestações mensais ou por intermédio de tarifa paga diretamente pelos usuários.

1.1 Outras informações

(a) Programa SOX

A Companhia, sendo uma controlada da Brookfield Business Corporation, uma companhia pública com registro na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), segue as diretrizes de controles internos do seu acionista controlador, o qual segue a Seção 404 da Lei Norte-Americana *Sarbanes-Oxley* ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material relacionada às informações financeiras arquivadas na SEC pelo seu acionista controlador. A exigência de conformidade com a Seção 404 da SOX se aplica exclusivamente ao acionista controlador.

(b) Programa de *Compliance*

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento das legislações e regulamentações aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de *Compliance*, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de seus funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

A Companhia é associada ao Instituto Ethos e signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A Companhia também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em 2024 a Companhia e suas controladas foram recertificadas, com validade de 3 anos, na ISO 37.001, referente ao seu Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS). Ainda, aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da CGU, com a qual reafirmamos publicamente nosso compromisso com a integridade em todos os aspectos da nossa atuação.

(c) Reestruturação societária

Capivari

Em 28 de março de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela Companhia, do acervo pelo valor contábil da sua controlada direta Capivari, com a consequente extinção das ações incorporadas, a Companhia passou a ser sucessora legal em todos os direitos e obrigações da Capivari, passando a atuar diretamente na locação da estação de tratamento de esgoto para Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA. Considerando que o patrimônio líquido da incorporada já se encontrava refletido no balanço patrimonial da Companhia, não houve alteração em seu capital social.

Abaixo apresentamos os ativos, passivos e acervo líquido incorporados:

	28 de março de 2025
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.107
Contas a receber	18.584
Outros ativos	8
	20.699
Não circulante	
Contas a receber	35.538
Outros ativos	1.894
Total do ativo	58.131
Passivo	
Circulante	
Tributos a recolher	154
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.957
Outros passivos	40
Total do passivo	43.151
Acervo líquido	14.980

(d) Classificação de crédito

Em julho de 2025, a Companhia obteve uma nova classificação de crédito através da agência S&P Global Ratings, o Rating Corporativo 'brAA-'com perspectiva estável, destacando o histórico dos contratos de concessão, eficiência operacional, diversificação contratual das receitas, geração de caixa e a sólida flexibilidade financeira.

Em setembro de 2025, a Moody's América Latina Ltda. afirmou o Rating Corporativo 'AA-.br' da Companhia, com perspectiva estável, destacando principalmente o fluxo de caixa operacional estável e previsível, o portfólio geograficamente diversificado e com contratos de longo prazo e a posição de liquidez adequada e perfil alongado da dívida.

(e) Conquista

Em 18 de dezembro de 2025, o consórcio formado pela Companhia e pela Acciona Agua S.A. ("Acciona"), empresa espanhola com atuação global e com longo histórico de atuação no Brasil no setor de infraestrutura, foi declarado vencedor na licitação conduzida pelo Governo do Estado de Pernambuco, na modalidade concorrência internacional, após apresentar valor de outorga fixa de R$ 3.500.000, com desconto tarifário de 5%, referente à concessão da prestação regionalizada dos serviços públicos de distribuição de água tratada e esgotamento sanitário, bem como dos serviços complementares, referente ao RMR Pajeú (Bloco 2), no Estado de Pernambuco, nos termos do Edital da Concorrência Pública Internacional nº 0021.2025.0021.SHRS, de 15 de setembro de 2025.

A licitação, que será operada por meio de sociedade de propósito específico a ser constituída, com estrutura de controle em conjunto, na proporção de 50% para cada acionista, abrange 151 municípios do Estado de Pernambuco, com população estimada de 7 milhões de habitantes, incluindo a Região Metropolitana do Recife, pelo prazo de 35 anos.

A conclusão da licitação e assinatura do Contrato de Concessão estão sujeitos ao cumprimento de determinadas condições e obrigações previstas no Edital, dentre as quais as principais são: (i) a análise da documentação de habilitação da licitante mais bem classificada; (ii) a observância de eventuais prazos recursais administrativos; (iii) a adjudicação do objeto e a homologação do resultado pela autoridade competente; e, posteriormente, (iv) a assinatura do Contrato de Interdependência.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pelo Grupo no exercício apresentado, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas no curso normal dos negócios, no pressuposto de sua continuidade operacional e na manutenção do compromisso formal de suporte financeira dos acionistas controladores. A Administração não identificou incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA") é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.2 Consolidação

(a) Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas:

	Local de constituição e operação	Negócio	Quantidade de ações / cotas possuídas		Participação no capital social (%)	
			2025	2024	2025	2024
Empresas Controladas:						
Diretas:						
BRK Ambiental - Blumenau S.A. ("Blumenau")	Brasil (SC)	Concessão Esgoto	2.661.465.970	2.661.465.970	100,00	100,00
Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins ("Saneatins")	Brasil (TO)	Concessão Água e Esgoto	7.341.231	7.341.231	100,00	100,00
BRK Ambiental - Mauá S.A. ("Mauá")	Brasil (SP)	Concessão Esgoto	10.477.116	10.477.116	100,00	100,00
BRK Ambiental - Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	Brasil (SP)	Concessão Esgoto	7.643.739	7.643.739	60,00	60,00
BRK Ambiental - Rio das Ostras S.A. ("Rio das Ostras")	Brasil (RJ)	Concessão Esgoto	186.462.234	130.717.027	100,00	100,00
BRK Ambiental - Santa Gertrudes S.A. ("Santa Gertrudes")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	38.958.829	38.958.829	100,00	100,00
BRK Ambiental - Uruguaiana S.A. ("Uruguaiana")	Brasil (RS)	Concessão Água e Esgoto	47.516.236	47.516.236	100,00	100,00
BRK Ambiental - Porto Ferreira S.A. ("Porto Ferreira")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	285.509.789	285.509.789	100,00	100,00
Saneaqua Mairinque S.A. ("Mairinque")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	26.470.391	26.470.391	96,56	96,56
BRK Ambiental - Sumaré S.A. ("Sumaré")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	215.191.177	215.191.177	100,00	100,00
Ecoaqua Soluções S.A. ("Ecoaqua")	Brasil (RJ)	Holding	198.019.305	198.019.305	100,00	100,00
Mauá Água S.A. ("Mauá Água")	Brasil (SP)	Concessão Água	15.667.402	15.667.402	100,00	100,00
Projetos Ambientais S.A. ("BRK Projetos Ambientais")	Brasil (SP)	Holding	130.356.582	110.066.671	100,00	100,00
BRK Ambiental - Participações em Negócios Industriais S.A. ("BRK Negócios Industriais")	Brasil (SP)	Holding	844.514.907	844.514.907	100,00	100,00
BRK Ambiental Caçador S.A. ("Caçador")	Brasil (SC)	Concessão Água e Esgoto	34.928	23.361	100,00	100,00
BRK Ambiental - Região Metropolitana de Maceió S.A. ("RMM")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	1.488.754.772	1.407.552.519	100,00	100,00
BRK Ambiental - Manso S.A. ("Manso")	Brasil (MG)	Concessão Água	100.000.000	100.000.000	100,00	100,00
BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Cachoeiro")	Brasil (ES)	Concessão Água e Esgoto	3.403.223	3.403.223	100,00	100,00
Capivari (i)	Brasil (SP)	Concessão Esgoto		9.258.384		100,00
BRK Ambiental - Jaguaribe S.A. ("Jaguaribe")	Brasil (BA)	Concessão Esgoto	30.000.000	30.000.000	100,00	100,00
BRK Ambiental - Limeira S.A. ("Limeira")	Brasil (SP)	Concessão Água e Esgoto	43.360	43.360	100,00	100,00
BRK Ambiental - Maranhão S.A. ("Maranhão")	Brasil (MA)	Concessão Água e Esgoto	349.110.553	345.168.406	100,00	100,00
Indiretas:						
BRK Ambiental - Macaé S.A. ("Macaé")	Brasil (RJ)	Concessão Esgoto	128.510.265	126.473.537	100,00	100,00
BRK Ambiental - Região Metropolitana do Recife/Goiana SPE S.A. ("RMR")	Brasil (PE)	Concessão Esgoto	56.159.403	56.159.403	100,00	100,00
BRK Ambiental - Goiás S.A. ("Goiás")	Brasil (GO)	Concessão Esgoto	259.942.978	112.650.782	65,65	65,65
Entidade de Propósito Específico ("EPE"):						
Fundo de Investimento em Direito Creditório-Caixa Dublin ("FIDC")	Brasil (SP)	Fundo de investimento	241.098	256.312	100,00	100,00
Empresas Controladas em Conjunto:						
Diretas:						
F. AB. Zona Oeste	Brasil (RJ)	Concessão Esgoto	82.618.371	72.118.371	50,00	50,00

(i) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c))

(b) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os ativos e passivos das controladas são reconhecidos e apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial através do método de equivalência patrimonial como “Investimentos em controladas” e o resultado das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial como “Equivalência Patrimonial”.

(c) Transações com participações de não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial”.

Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores que não resultem em perda de controle são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial”.

(d) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(e) Investimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou investimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões estratégicas, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo atua no segmento de Água e Esgoto, por meio de contratos de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Se as restrições contratuais sobre o uso de caixa que corresponderem a um período superior a 12 meses, são classificados como não circulantes no balanço patrimonial.

2.5 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

2.6 Contas a receber e perdas de créditos esperadas

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de produtos no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas de créditos esperadas nas contas a receber, nota 3 (j).

Os direitos a faturar de clientes são assim classificados:

(a) Contratos de concessão (ativo financeiro)

São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção.

As controladas diretas Manso e Jaguaribe e a controlada indireta RMR possuem esse direito, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro.

(b) Contratos de concessão (intangível)

Correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de água e esgoto no decurso normal das atividades do Grupo.

O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

2.7 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, sendo classificados no ativo circulante.

2.8 Operações descontinuadas

O Grupo qualifica como operações descontinuadas um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e que, de acordo com o CPC 31:

(i) Representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; e

(ii) É parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

2.9 Ativos financeiros e não financeiros

2.9.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Atualmente o Grupo apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado, nota 4.4.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.9.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

2.9.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia anualmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A análise é realizada individualmente por cada ativo financeiro, considerando diferentes premissas financeiras e de negócios para avaliar se há ou não indício de *impairment.* Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável *(impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment,* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Ativos de contrato

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção e os valores são transferidos ao sistema de água e esgoto quando entram em operação.

2.11 Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelo Grupo, reconhecido conforme nota 2.24 (b), e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa até o final da concessão, reconhecido conforme nota 2.24 (c). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (h)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada nas concessões no ativo intangível (Nota 12). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante (Nota 14).

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

(d) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(e) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Em relação a outorga quando a Companhia capta dívida para efetuar o pagamento desta os juros são capitalizados conforme o percentual da parcela da outorga relacionada à infraestrutura a ser construída. Quando o pagamento ao Poder Concedente referente a outorga é de longo prazo é calculado o ajuste ao valor presente. A parcela do ajuste a valor presente referente aos investimentos ainda não realizados são capitalizados como parte do custo do ativo intangível em construção, e a parcela referente à infraestrutura em operação é destinada às despesas financeiras no resultado de cada período.

2.12 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

Equipamentos de informática – 5 anos;
Máquinas e equipamentos - 5 a 10 anos;
Móveis e utensílios - 10 anos;
Veículos - 5 anos;
Edificações - 10 a 50 anos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.13 Propriedades para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para obtenção de renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e não para: (i) uso na produção ou fornecimento de serviços; (ii) finalidades administrativas; ou (iii) para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período das controladas no qual as mudanças ocorreram, exceto no reconhecimento inicial de imóvel anteriormente ocupado pelas empresas do Grupo que se torna propriedade para investimento registrada pelo valor justo, cujo ganho ou perda é registrado no patrimônio líquido.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não são esperados benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa é reconhecido no resultado do período em que o imóvel ou bem é baixado.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado.

2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, exceto pelos empréstimos que são objeto de hedge de valor justo que são mensurados pelo valor justo. Os juros, encargos e custo de transação são apropriados ao resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures permanecem em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Adicionalmente, o Grupo classifica na demonstração do fluxo de caixa, os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante e como passivo não circulante, quando o Grupo tiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas decorrentes das variações de valor justo e os custos de transação são contabilizados no resultado quando incorridos, exceto quando for aplicada a contabilidade de hedge de fluxo de caixa, conforme divulgado na nota 2.17.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são designadas como *hedge* de valor justo e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidos na conta de resultado financeiro em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. O impacto desse contrato está divulgado na nota 15.

2.17 Contabilidade de *Hedge*

A Companhia poderá designar os instrumentos financeiros derivativos como instrumentos de *hedge* somente quando os seguintes critérios de qualificação para contabilização de *hedge* da IFRS 9 e CPC 48 forem atendidos:

- A relação de proteção consiste somente de instrumentos de hedge elegíveis e itens protegidos elegíveis;

- No início da relação de proteção, houver designação e documentação formal da relação de proteção e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da entidade para assumir o hedge. Essa documentação deve incluir identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade deve avaliar se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*);

- A relação de proteção atende a todos os seguintes requisitos de efetividade de hedge:

  - Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;

  - O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e

  - O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. Contudo, essa designação não deve refletir um desequilíbrio entre as ponderações do item protegido e o instrumento de hedge que criam inefetividade de hedge (independentemente de ser reconhecida ou não), resultando em resultado contábil inconsistente com a finalidade de contabilização de hedge.

(a) *Hedge* de valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de *hedge* são mensurados pelo valor justo com ganhos e perdas com as variações no valor justo reconhecidos no resultado financeiro. O item objeto do *hedge* é também mensurado pelo valor justo com ganhos e perdas com as variações no valor justo reconhecidos no resultado financeiro.

(b) *Hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de *hedge* são mensurados pelo valor justo com ganhos e perdas com as variações no valor justo reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo reclassificados ao resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado. O item objeto do *hedge* é mensurado pelo custo amortizado.

2.18 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 25 anos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.19 Obrigações com o Poder Concedente

O Grupo reconhece as obrigações com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

2.20 PIS e COFINS diferidos

O saldo refere-se à tributos sobre diferença temporária da receita de construção e receita de ativo financeiro.

2.21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)).

(iii) Incentivos Fiscais

As controladas abaixo possuem incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"):

Empresa	Benefício	Órgão Concedente	Período
Saneatins	Redução de imposto de renda em 75%	SUDAM	2022 a 2031
Jaguaribe	Redução de imposto de renda em 75%	SUDENE	2023 a 2032 - embora o contrato de PPP encerra em 2026
RMR	Redução de imposto de renda em 75%	SUDENE	2023 a 2032
Maranhão	Redução de imposto de renda em 75%	SUDAM	2024 a 2033
RMM	Redução de imposto de renda em 75%	SUDENE	2024 a 2033

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social e classificada como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como atividade operacionais.

2.23 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelos acionistas do Grupo. A quantidade de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão.

2.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sidos atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelo Grupo na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento do Grupo na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (*International Financial Reporting Interpretations* Committe ("IFRIC") 12/ICPC 01 (R1) e OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06 (R2)), já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2025 e 2024 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível e financeiro).

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível e contas a receber por direitos a faturar).

(c) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondentes aos contratos de concessão pública e contratos com arrendamentos financeiros e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receitas das operações do Grupo. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica de cada contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

(d) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.25 Combinações de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo, são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das UGCs do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.26 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.27 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.28 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

O Grupo disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

O Grupo concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

O Grupo reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

O Grupo, através de avaliação realizada por atuários independentes, remensura o passivo atuarial e reconhece os ganhos e perdas atuariais em "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Os referidos ganhos e perdas atuariais não serão reclassificados ao resultado.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.29 Pronunciamentos novos ou revisados em 2025

O Grupo revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto (IAS 28) e a ICPC 9 (R3) – Demonstrações individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) (IAS 28) e a ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 (R3) (IAS 28) contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial ("MEP") para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09 estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (IAS 21) e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1)

Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21) e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS 1).

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

OCPC 10 – Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO)

Em outubro de 2024, o CPC emitiu a orientação técnica OCPC 10 com o objetivo de tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono, *allowances* e CBIO a serem utilizados pelas entidades na originação, negociação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização. Além disso, trata sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas.

A norma entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.30 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18 (CPC 51), que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 (CPC 51) introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 (CPC 51) e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida.

O Grupo está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS19 (a ser traduzido pelo CPC): Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC), que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC) entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível pela aplicação do IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC).

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 –Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.

- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa ("ESG") e similares devem ser avaliados.

- Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações vigoram para o período de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – I nstrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações vigoram para o período de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos.

- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações vigoram para o período de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3 Estimativas e políticas contábeis materiais

As estimativas e políticas contábeis materiais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores de ativos e dos passivos decorrentes de combinações de negócios que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro das empresas do Grupo. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração do Grupo. Anualmente, o Grupo revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(b) Valor justo de ativos e passivos oriundos de combinações de negócios

A administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes.

O uso das premissas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, o Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos (Nota 2.16).

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(d) Provisões para riscos

As provisões para riscos existentes no Grupo estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração do Grupo, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, o Grupo não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração do Grupo acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Grupo, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(e) Negócios em conjunto

Nos negócios em conjunto, o Grupo detém o controle conjunto, pois conforme as cláusulas contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

Os negócios em conjunto estão estruturados na forma de entidade jurídica separada e, segundo os acordos contratuais, conferem ao Grupo e às partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das entidades jurídicas. Por essa razão, os acordos são classificados como empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

(f) Reconhecimento de receita de construção

O Grupo usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na nota 2.24 (b).

(g) Receita não faturada

O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na nota 2.6 (b).

(h) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pelo Grupo.

(i) Propriedades para investimento

A administração da Companhia adotou o critério estimativo na apuração do valor justo de propriedade para investimento de forma prospectiva conforme critérios definidos a seguir.

Os valores justos dos imóveis foram embasados em pareceres técnicos de avaliação mercadológica através de empresa independente, contratada para realização dos trabalhos de avaliação individual de cada um dos imóveis, utilizando o método de avaliação de comparação de dados para os imóveis em que foram encontradas amostras semelhantes, com o mesmo contexto de localização; para os demais imóveis, foi utilizado o método evolutivo, que avalia o potencial construtivo ou a possibilidade de desmembramento nos mesmos padrões de amostras existentes na mesma localização.

Os valores justos dos imóveis foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

(j) Perdas de créditos esperadas

O Grupo registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis (Nota 7), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na nota 2.6.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, partes relacionadas e obrigações com o Poder Concedente. Adicionalmente, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo. O Grupo não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos.

(a) Riscos de mercado

(i) Risco de taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros pós fixada do Grupo decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras e fundos restritos cujos rendimentos estão atrelados, principalmente, a taxa de CDI; e (ii) empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, debêntures e instrumentos financeiros derivativos que estão atrelados a indexadores diversos.

Apresentamos a seguir os impactos estimados nos instrumentos financeiros que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relevantes de flutuação nas taxas de juros às quais o Grupo está exposto no final do período.

O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado e o *spread* médio, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2025 para os próximos doze meses.

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Saldos patrimoniais	
	2025	
	Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras		
Em CDI	1.607.961	
Fundos restritos		
Em CDI	188.858	
Empréstimos e financiamentos		
Em Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA")		(770.050)
Em CDI		(429.759)
Em USD		(834.097)
Em Taxa Referencial ("TR")		(3.555.390)
Em Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")		(16.670)
		(5.605.966)
Passivo de arrendamento		
Em Índice Geral de Preços - Mercado ("IGPM")		(224.049)
Em IPCA		(49.380)
		(273.429)
Debêntures		
Em IPCA		(3.274.032)
Em CDI		(4.619.860)
Em TR		(111.430)
		(8.005.322)
Derivativos		
Swap - Ponta ativa		835.638
Swap - Ponta passiva		(829.483)
		6.155

	Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa: Aplicações financeiras						
Em CDI	Redução do CDI	223.360	279.200	335.040	167.520	111.680
Fundos restritos						
Em CDI	Redução do CDI	25.649	32.061	38.474	19.237	12.825
Empréstimos e financiamentos						
Em IPCA	Aumento do IPCA	(46.659)	(53.840)	(61.021)	(39.478)	(32.298)
Em CDI	Aumento do CDI	(69.535)	(84.383)	(99.232)	(54.687)	(39.839)
Em USD	Variação cambial	(35.803)	(44.754)	(53.705)	(26.852)	(17.902)
Em TR	Aumento da TR	(376.424)	(394.557)	(412.689)	(358.292)	(340.159)
Em TJLP	Aumento da TJLP	(1.895)	(2.278)	(2.661)	(1.512)	(1.129)
		(530.316)	(579.812)	(629.308)	(480.821)	(431.327)
Passivo de arrendamento						
Em IGPM	Aumento do IGPM	(8.850)	(11.063)	(13.275)	(6.638)	(4.425)
Em IPCA	Aumento do IPCA	(1.842)	(2.303)	(2.763)	(1.382)	(921)
		(10.692)	(13.366)	(16.038)	(8.020)	(5.346)
Debêntures						
Em IPCA	Aumento do IPCA	(363.533)	(394.063)	(424.594)	(333.003)	(302.473)
Em TR	Aumento da TR	(12.970)	(13.538)	(14.107)	(12.402)	(11.834)
Em CDI	Aumento do CDI	(746.682)	(906.298)	(1.065.915)	(587.066)	(427.450)
		(1.123.185)	(1.313.899)	(1.504.616)	(932.471)	(741.757)
		(1.415.184)	(1.595.816)	(1.776.448)	(1.234.555)	(1.053.925)

Indicadores de Macroeconomia	Fonte	Projeções	Extração	Data base	Observação	Janeiro de 2026 a dezembro de 2026
100,48%	Media ponderada aplicações livres	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		13,89%
98,38%	Media ponderada fundo restrito	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		13,58%
TR	B3	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		2,04%
CDI	B3	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		13,82%
TJLP	BNDES	12 meses	02/01/2026	31/12/2025	Taxa divulgada trimestralmente	9,19%
IPCA	BACEN	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		3,73%
IGPM	BACEN	12 meses	02/01/2026	31/12/2025		3,95%

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros), o qual é apreciado pela Companhia para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A prática da Administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia utiliza operações de *swap* para substituir a exposição em dólar a uma taxa pré-fixada por uma exposição em reais a taxa CDI+ *spread*. O *swap* está designado como instrumento de proteção para um empréstimo contratado em moeda estrangeira (Nota 14.1 e 15).

	Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Empréstimos moeda estrangeira						
Swap Ponta Ativa - Pré-fixado	Variação cambial	35.869	44.836	53.803	26.902	17.934
Swap Ponta Passiva - CDI	Aumento do CDI	(134.127)	(162.786)	(191.445)	(105.468)	(76.810)
		(98.258)	(117.950)	(137.642)	(78.566)	(58.876)

Indicadores de Macroeconomia	Fonte	Projeções	Extração	Data base	Janeiro de 2026 a dezembro de 2026
CDI	B3	12 meses	02/01/2026	31/12/2025	13,82%
USD/BRL Futuro	B3	12 meses	02/01/2026	31/12/2025	5,9500
Ptax USD/BRL	BACEN		02/01/2026	31/12/2025	5,5024

Os cenários de 25,00% e 50,00% são extrapolações das taxas projetadas para cenário provável sem efeito sobre o *spread* médio.

(b) Risco de crédito

A política do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio do Grupo, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

O Grupo possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5, 6 e 7).

(c) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros e passivos de arrendamento do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total por vencimento	Valores a incorrer (i)	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025							
Fornecedores	286.578	11.357			297.935		297.935
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	737.415	774.362	2.953.421	4.975.229	9.440.427	(3.483.434)	5.956.993
Passivo de arrendamento	102.855	83.514	115.482	171.373	473.224	(199.795)	273.429
Debêntures	1.162.629	1.613.802	5.560.741	4.828.952	13.166.124	(5.350.086)	7.816.038
Obrigações com o Poder Concedente	19.918	48.536	33.934	143.441	245.829		245.829
Partes relacionadas	5.878		59.594		65.472		65.472
	2.315.273	2.531.571	8.723.172	10.118.995	23.689.011	(9.033.315)	14.655.696

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total por vencimento	Valores a incorrer (i)	Total no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024							
Fornecedores	269.263	8.961	9.039		287.263		287.263
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	720.689	674.281	2.685.141	5.189.035	9.269.146	(3.600.857)	5.668.289
Passivo de arrendamento	99.456	66.763	119.854	185.521	471.594	(208.402)	263.192
Debêntures	1.017.631	984.555	5.759.001	4.478.930	12.240.117	(4.593.844)	7.646.273
Obrigações com o Poder Concedente	36.970	45.704	30.976	146.725	260.375		260.375
Partes relacionadas	30.039		46.175		76.214		76.214
	2.174.048	1.780.264	8.650.186	10.000.211	22.604.709	(8.403.103)	14.201.606

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial consolidado, através da coluna valores a incorrer.

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender participação em ativos para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, debêntures e instrumentos financeiros derivativos (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser assim sumarizado:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14.1)	5.955.342	5.764.423
Passivo de arrendamento (Nota 14.2)	273.429	263.192
Debêntures (Nota 14.3)	7.816.038	7.646.273
Passivo instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	192.870	89.130
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.690.660)	(2.026.667)
(-) Fundos restritos (Nota 6)	(188.858)	(135.943)
(-) Ativo instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	(191.219)	(185.264)
Dívida líquida	12.166.942	11.415.144
Total do patrimônio líquido e participação dos não controladores	3.267.255	3.343.387
Total do capital	15.434.197	14.758.531
Índice de alavancagem financeira - %	**79%**	**77%**

4.3 Estimativa do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimentos e operações compromissadas, remunerados com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação, portanto o valor contábil aproxima-se dos seus valores justos. Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e obrigações com o Poder Concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de créditos esperadas e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), aproximam-se de seus valores justos.

Os financiamentos de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), Caixa Econômica Federal, BTG Pactual, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) contratados, têm como objetivo a proteção contra a exposição às variações cambiais decorrentes de financiamentos contratados em moeda estrangeira e são mensurados a valor justo na data do balanço, com base em metodologias de precificação de mercado.

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, que incluem os instrumentos financeiros derivativos e os empréstimos e financiamentos designados como *hedge* de valor justo estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

		Controladora				Consolidado			
		2025		2024		2025		2024	
	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa	5	759.581	759.581	745.191	745.191	1.690.660	1.690.660	2.026.667	2.026.667
Fundos restritos	6					188.858	188.858	135.943	135.943
Contas a receber, líquidas	7	49.913	49.913			5.471.559	5.471.559	5.156.406	5.156.406
Partes relacionadas	20	2.129.242	2.129.242	2.308.888	2.308.888	33.861	33.861	35.423	35.423
		2.938.736	2.938.736	3.054.079	3.054.079	7.384.938	7.384.938	7.354.439	7.354.439
Ativos financeiros pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos	15	191.219	191.219	185.264	185.264	191.219	191.219	185.264	185.264
		3.129.955	3.129.955	3.239.343	3.239.343	7.576.157	7.576.157	7.539.703	7.539.703
Passivos financeiros pelo custo amortizado									
Fornecedores	13	(34.849)	(34.849)	(43.886)	(43.886)	(297.935)	(297.935)	(287.263)	(287.263)
Empréstimos e financiamentos	14.1			(690.797)	(695.551)	(5.120.193)	(4.286.107)	(5.764.423)	(5.769.210)
Passivo de arrendamento	14.2	(10.940)	(10.940)	(15.414)	(15.414)	(273.429)	(273.429)	(263.192)	(263.192)
Debêntures	14.3	(3.574.162)	(3.607.376)	(3.742.885)	(3.783.520)	(7.816.038)	(7.732.123)	(7.646.273)	(7.442.050)
Obrigações com o Poder Concedente	17					(245.829)	(245.829)	(260.375)	(260.375)
Partes relacionadas	20	(12.974)	(12.974)	(94.684)	(94.684)	(65.472)	(65.472)	(76.214)	(76.214)
		(3.632.925)	(3.666.139)	(4.587.666)	(4.633.055)	(13.818.896)	(12.900.895)	(14.297.740)	(14.098.304)
Passivos financeiros pelo valor justo									
Empréstimos e financiamentos	14.1	(835.149)	(835.149)			(835.149)	(835.149)		
Instrumentos financeiros derivativos	15	(192.870)	(192.870)	(89.130)	(89.130)	(192.870)	(192.870)	(89.130)	(89.130)
		(4.660.944)	(4.694.158)	(4.676.796)	(4.722.185)	(14.846.915)	(13.928.914)	(14.386.870)	(14.187.434)

4.5 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

O Grupo possui caixa e equivalente de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA.

Devido às características do contas a receber do Grupo, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Companhia adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada para a vida útil total do ativo. A provisão para perdas de crédito esperadas é mensurada com base em uma matriz de provisões levando em consideração o histórico de perdas.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculados com base na análise de perdas futuras, conforme o histórico de inadimplência segregando clientes privados e públicos, e de acordo com avaliação da Administração.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundo fixo			1	1
Bancos conta movimento	375	367	82.698	64.867
Aplicações financeiras (i)	759.206	744.824	1.607.961	1.961.799
	759.581	745.191	1.690.660	2.026.667

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por CDB, fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração média de 100,5% do CDI (2024 – 99% do CDI).

6 Fundos restritos

	Consolidado	
	2025	2024
Rio Claro	1.767	1.802
Mauá	29.642	
Santa Gertrudes	106	80
Uruguaiana	1.957	1.744
Porto Ferreira	11.855	12.822
Sumaré	5.048	2.678
Cachoeiro	17.513	180
Limeira	2.346	3.035
Manso	16.172	15.754
Caçador	1.281	913
RMM	19.120	15.976
BRK Projetos Ambientais Consolidado	64.090	64.513
Saneatins	17.961	16.446
	188.858	135.943

Os saldos representam, substancialmente, aplicações em fundos de investimento, com rendimento de 98,4% do CDI (2024 – 93,1% do CDI), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de empréstimos e financiamentos e debêntures, sendo que os valores são retidos até o vencimento das dívidas correlatas.

7 Contas a receber, líquidas

	Controladora (i)	Consolidado	
	2025	2025	2024
Contas a receber de clientes			
Concessões públicas		2.134.692	2.032.555
Perdas de créditos esperadas		(409.807)	(372.534)
		1.724.885	1.660.021
Direitos a faturar			
Concessões públicas	49.913	3.746.674	3.496.385
	49.913	5.471.559	5.156.406
Circulante	20.707	1.144.573	1.090.247
Não circulante	29.206	4.326.986	4.066.159

(i) Reestruturação societária (Nota 1.1 (c)).

Todas as contas a receber e direitos a faturar do Grupo são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui direitos creditórios cedidos em contas a receber e direitos a faturar, como garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures. Nesta data, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem essa garantia é de R$ 8.132.089 (2024 – R$ 7.919.622).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora (i)	Consolidado	
	2025	2025	2024
A vencer		305.979	294.256
Vencidos			
Até 30 dias		166.502	162.049
De 31 a 60 dias		40.578	40.102
De 61 a 90 dias		20.556	23.865
De 91 a 180 dias		41.593	49.867
Mais de 180 dias (ii)		954.011	948.118
Valores a faturar		186.179	131.553
Contas a receber de clientes		1.715.398	1.649.810
Agentes arrecadadores		9.487	10.211
Direitos a faturar	49.913	3.746.674	3.496.385
Total	49.913	5.471.559	5.156.406

(i) Reestruturação societária (Nota 1.1 (c)).

(ii) Dos montantes em 31 de dezembro de 2025, R$ 853.249 referem-se ao saldo de contas a receber registrado na controlada direta Rio das Ostras, objeto de litígio e para o qual há um Fundo Garantidor, administrado por instituição financeira, que detém a obrigação de realizar os pagamentos do referido saldo devedor, além de eventuais multas e encargos, obrigação que permanece mesmo após o término da PPP em 1º de maio de 2024, conforme previsão contratual e determinação do art. 11 da Lei Municipal n. 1.029/2006. Em 2025, na ação revisional, foi proferida decisão de mérito favorável à Companhia rejeitando os pedidos do município e, na ação indenizatória, foi reconhecido o direito à indenização da Companhia e determinada a manutenção do Fundo Garantidor. Foram apresentados recursos nas duas ações. Os valores correspondentes às parcelas a receber em 2025 foram integralmente depositados em juízo, conforme determinação judicial.

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber do Grupo é a seguinte:

	Saldo início do exercício	Adições	Reversão de perdas de créditos esperadas por recebimento ou renegociação	Perdas com créditos incobráveis	Saldo final do exercício
Em 31 de dezembro de 2025	(372.534)	(195.300)	69.697	88.330	(409.807)
Em 31 de dezembro de 2024	(296.885)	(182.187)	92.338	14.200	(372.534)

8 Investimentos

(a) Resumo das informações financeiras de controladas e investimentos controlados em conjunto

Os quadros abaixo apresentam resumos das informações financeiras das controladas e investimentos controlados em conjunto. As informações financeiras de controladas referem-se as controladas diretas ou indiretas de primeiro e segundo nível:

												2024
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo (passivo) circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo (passivo) não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro bruto	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas												
Diretas												
Rio Claro	60,00	92.412	21.484	70.928	148.240	129.806	18.434	89.362	53.616	85.710	42.616	24.641
BRK Ambiental - Rio das Ostras Participações S.A. (i)												(16)
Mauá	100,00	35.521	35.501	20	198.943	126.703	72.240	72.260	72.260	100.892	68.443	22.861
Blumenau	100,00	38.644	83.087	(44.443)	359.947	227.125	132.822	88.379	88.379	79.005	46.096	8.447
Santa Gertrudes	100,00	6.966	3.248	3.718	25.358	16.196	9.162	12.880	12.880	17.928	5.652	2.067
Mairinque	96,56	17.021	24.751	(7.730)	63.165	16.040	47.125	39.395	38.040	28.698	11.758	2.984
Uruguaiana	100,00	75.385	27.061	48.324	308.233	299.266	8.967	57.291	57.291	97.250	51.362	5.173
Porto Ferreira	100,00	12.772	6.877	5.895	109.207	47.062	62.145	68.040	68.040	40.506	10.776	784
Centro Norte Participações Consolidado (i)												(5.472)
Saneatins	100,00	188.786	188.522	264	2.031.146	1.672.979	358.167	358.431	358.431	799.820	375.560	42.038
BRK Negócios Industriais	100,00	80	4.000	(3.920)	43.523	15.074	28.449	24.529	24.529			(75)
Maranhão	100,00	84.282	19.336	64.946	403.993	210.507	193.486	258.432	258.432	156.645	66.430	2.745
BRK Projetos Ambientais Consolidado	100,00	79.597	17.049	62.548	973.106	329.379	643.727	706.275	706.275	1.167.569	498.458	69.484
Sumaré	100,00	43.799	19.637	24.162	415.572	349.064	66.508	90.670	90.670	198.597	50.275	1.692
Mauá Água	100,00	723	2	721	758	318	440	1.161	1.161			(3)
Rio das Ostras	100,00	11.364	9.405	1.959	937.059	497.042	440.017	441.976	441.976	27.602	20.541	5.095
RMR	9,39	487.820	250.414	237.406	3.018.280	2.395.141	623.139	860.545	80.762	634.809	324.486	94.122
Goiás	1,00	200.604	225.146	(24.542)	2.148.866	1.979.984	168.882	144.340	1.443	429.323	123.978	(21.444)
Caçador	100,00	21.986	48.348	(26.362)	87.629	56.403	31.226	4.864	4.864	41.797	13.933	(393)
RMM	100,00	712.641	162.262	550.379	3.833.843	3.594.714	239.129	789.508	789.508	805.394	229.952	(10.964)
Manso	100,00	223.716	64.257	159.459	232.128	304.270	(72.142)	87.317	87.317	107.623	71.271	31.885
Cachoeiro	100,00	75.494	36.346	39.148	254.448	215.950	38.498	77.646	77.646	143.972	82.213	29.866
Limeira	100,00	72.210	40.030	32.180	329.686	312.907	16.779	48.959	48.959	274.182	133.158	35.054
Capivari	100,00	21.134	4.831	16.303	37.954	28.589	9.365	25.668	25.668	14.227	14.227	8.453
Jaguaribe	100,00	104.681	37.992	66.689	48.088	39.355	8.733	75.422	75.422	52.128	40.693	26.750
BRK NE/N/CO S.A. (i)												(3.021)
BRK NI S.A. (ii)												8
Entidades privadas												
Ecoaqua	100,00	38	11	27	11.734		11.734	11.761	11.761			864
Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2024									**3.475.330**			
Empresas controladas em conjunto												
F. AB. Zona Oeste	50,00	195.621	199.660	(4.039)	1.175.269	1.059.640	115.629	111.590	55.795	395.314	213.416	(7.803)
Investimento em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2024									**55.795**			
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024									**3.531.125**			

(i) Controladas extintas por incorporação na Companhia no exercício de 2024.

(ii) Controlada alienada em 27 de setembro de 2024.

												2025
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo (passivo) circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo (passivo) não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro (prejuízo) bruto	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas												
Diretas												
Rio Claro	60,00	61.852	20.321	41.531	151.476	129.769	21.707	63.238	37.941	93.449	49.794	23.877
Mauá	100,00	32.454	23.714	8.740	308.333	268.202	40.131	48.871	48.871	120.751	86.857	14.089
Blumenau	100,00	34.857	80.666	(45.809)	356.215	215.665	140.550	94.741	94.741	88.884	56.810	13.415
Santa Gertrudes	100,00	7.135	4.026	3.109	26.127	14.116	12.011	15.120	15.120	17.955	7.430	3.290
Mairinque	96,56	9.310	26.349	(17.039)	64.314	4.546	59.768	42.729	41.259	34.047	16.665	6.478
Uruguaiana	100,00	62.281	22.278	40.003	300.868	281.539	19.329	59.332	59.332	105.394	57.950	8.679
Porto Ferreira	100,00	15.438	7.382	8.056	107.685	46.263	61.422	69.478	69.478	38.795	12.769	2.595
Saneatins	100,00	192.963	230.863	(37.900)	2.061.828	1.655.362	406.466	368.566	368.566	876.794	422.234	39.399
BRK Negócios Industriais	100,00	78	4.019	(3.941)	43.525	15.000	28.525	24.584	24.584			74
Maranhão	100,00	87.172	34.985	52.187	434.954	223.007	211.947	264.134	264.134	165.713	73.257	2.916
BRK Projetos Ambientais Consol	100,00	113.918	1.306	112.612	1.110.798	405.404	705.394	818.006	818.006	1.363.617	634.605	81.760
Sumaré	100,00	51.226	30.706	20.520	477.359	401.866	75.493	96.013	96.013	212.192	66.270	5.387
Mauá Água	100,00	8	2	6	758	318	440	446	446			(768)
Rio das Ostras	100,00	66.161	11.608	54.553	878.625	321.057	557.568	612.121	612.121		(47)	(13.240)
RMR	9,39	359.973	301.191	58.782	3.436.090	2.538.368	897.722	956.504	89.768	810.443	408.090	124.019
Goiás	1,00	122.745	132.531	(9.786)	2.178.924	2.018.839	160.085	150.299	1.503	404.388	126.873	(83.949)
Caçador	100,00	26.063	8.195	17.868	101.948	112.072	(10.124)	7.744	7.744	51.072	18.689	329
RMM	100,00	562.577	175.602	386.975	4.415.068	3.970.592	444.476	831.451	831.451	971.937	305.993	(10.703)
Manso	100,00	267.219	74.868	192.351	173.845	265.783	(91.938)	100.413	100.413	114.904	80.387	36.377
Cachoeiro	100,00	49.807	44.776	5.031	289.269	200.902	88.367	93.398	93.398	156.989	88.720	26.731
Limeira	100,00	62.539	51.998	10.541	333.967	293.164	40.803	51.344	51.344	298.383	152.694	44.414
Capivari (i)										2.111	2.111	1.069
Jaguaribe	100,00	106.010	10.211	95.799	16.749	29.580	(12.831)	82.968	82.968	59.526	47.503	33.244
Entidades privadas												
Ecoaqua	100,00	124	2.193	(2.069)	15.342	441	14.901	12.832	12.832			1.071
Investimento em controladas em 31 de dezembro de 2025									**3.822.033**			
Empresas controladas em												
F. AB. Zona Oeste	50,00	181.132	124.720	56.412	1.203.731	1.129.864	73.867	130.279	65.139	434.646	247.932	(2.382)
Investimento em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2025									**65.139**			
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025									**3.887.172**			

(i) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c)).

(b) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empresas controladas	3.822.033	3.475.330		
Empresas controladas em conjunto	65.139	55.795	65.139	55.795
Total de investimentos, líquido	3.887.172	3.531.125	65.139	55.795

(c) Movimentação dos investimentos - controladora

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Dividendos e juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial - operações continuadas	Outros resultados abrangentes	Movimentações societárias	Outras movimentações	Saldo final
Controladas diretas								
Rio Claro	53.616		(30.016)	14.326	15			37.941
Mauá	72.260		(37.594)	14.089	116			48.871
Blumenau	88.379		(7.083)	13.415	30			94.741
Mairinque	38.040		(3.048)	6.255	12			41.259
Santa Gertrudes	12.880		(1.046)	3.290	(4)			15.120
Ecoaqua	11.761			1.071				12.832
Uruguaiana	57.291		(6.649)	8.679	11			59.332
Porto Ferreira	68.040		(1.160)	2.595	3			69.478
Saneatins	358.431		(30.605)	39.399	1.341			368.566
Mauá Água	1.161	53		(768)				446
BRK Projetos Ambientais Consolidado (iv)	706.275	132.300	(103.000)	81.760	671			818.006
BRK Negócios Industriais	24.529		(19)	74				24.584
RMR	80.762		(2.703)	11.639	70			89.768
Rio das Ostras (iii)	441.976	187.000	(3.630)	(13.240)	15			612.121
Goiás (vii)	1.443	901		(840)	(1)			1.503
Caçador (vi)	4.864	2.500		329	51			7.744
RMM (v)	789.508	53.043		(10.703)	(397)			831.451
Sumaré	90.670			5.387	(44)			96.013
Manso	87.317		(23.279)	36.377	(2)			100.413
Cachoeiro	77.646		(11.001)	26.731	22			93.398
Limeira	48.959		(41.854)	44.414	(175)			51.344
Capivari (i)	25.668		(11.757)	1.069		(14.980)		
Jaguaribe	75.422		(25.698)	33.244				82.968
Maranhão (ii)	258.432	2.950		2.916	(164)			264.134
Empresas controladas em conjunto								
F. AB. Zona Oeste (Nota 8 (d) (i))	55.795	10.500		(1.191)	35			65.139
Em 31 de dezembro de 2025	**3.531.125**	**389.247**	**(340.142)**	**320.317**	**1.605**	**(14.980)**		**3.887.172**
Em 31 de dezembro de 2024	**3.318.249**	**460.502**	**(288.690)**	**304.943**	**5.415**	**(148.667)**	**(120.627)**	**3.531.125**
Provisão para perda com investimentos								
Em 31 de dezembro de 2024	**(32.581)**	**3.845**		**(50.293)**	**3.928**	**(51.454)**	**13.744**	**(112.811)**

(i) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c)).

(ii) Em 28 de abril de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta Maranhão no montante de R$ 2.950, com emissão de 3.942.147 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de AFAC.

(iii) Em 29 de abril de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta Rio das Ostras no montante de R$ 187.000, com emissão de 55.745.207 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de AFAC.

(iv) Em 30 de abril de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta Projetos Ambientais no montante de R$ 132.300, com emissão de 20.289.911 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante capitalização de AFAC.

(v) Em 2 de junho de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta RMM no montante de R$ 53.043, com emissão de 81.202.253 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia.

(vi) Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada direta Caçador no montante de R$ 2.500, com emissão de 11.567 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante moeda corrente.

(vii) Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada indireta Goiás no montante de R$ 901, com emissão de 2.212 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia.

(d) Movimentação dos investimentos no consolidado

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldo final
Empresas controladas em conjunto					
F. AB. Zona Oeste (i)	55.795	10.500	(1.191)	35	65.139
Em 31 de dezembro de 2025	**55.795**	**10.500**	**(1.191)**	**35**	**65.139**
Em 31 de dezembro de 2024	**59.379**		**(3.902)**	**318**	**55.795**

(i) Em 29 de dezembro de 2025, a Companhia aumentou o capital social da controlada em conjunto F. AB Zona Oeste no montante de R$ 10.500, com emissão de 10.500.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia.

(e) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

(i) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mairinque	5.766	3.175		
Mauá	7.215	27.141		
Rio Claro	3.582	3.697		
Rio das Ostras	4.843	1.213		
Porto Ferreira	2.217	1.231		
Uruguaiana	2.376	13.116		
F.AB. Zona Oeste	5.867	5.867	5.867	5.867
RMR	10.909	8.206		
Santa Gertrudes	1.604	715		
Capivari (a)		425		
Limeira	5.397			
BRK Negócios Industriais	4.019	4.000		
Blumenau		3.729		
Saneatins	27.205	8.433		
Cachoeiro		20		
Maranhão	873	873		
BRK Projetos Ambientais		15.744		
	81.873	97.585	5.867	5.867
Circulante	81.466	71.535	5.867	5.867
Não circulante	407	26.050		

(a) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c)).

(ii) Movimentação

	Controladora							
	Saldo inicial	Adições	Imposto de renda retido na fonte	Recebimento	Cessão	Retenções	Movimentações societárias	Saldo final
Juros sobre capital próprio								
Mairinque	1.351	3.048	(457)					3.942
Maranhão	873							873
Manso		6.279	(942)	(5.337)				
Mauá	1.011	3.066	(460)	(1.830)				1.787
Rio Claro		3.841	(576)	(3.265)				
Porto Ferreira	636	1.160	(174)					1.622
Cachoeiro		5.801	(870)	(4.931)				
Jaguaribe		1.587	(238)	(1.349)				
Limeira		1.988	(298)	(1.606)				84
Capivari (a)	425	341	(51)	(715)				
Uruguaiana	3.186	4.588	(688)	(6.771)				315
Blumenau	3.729	7.083	(1.062)	(9.750)				
Saneatins		22.666	(3.400)					19.266
Santa Gertrudes	715	1.046	(157)					1.604
	11.926	62.494	(9.373)	(35.554)				29.493
Dividendos a receber								
Mairinque	1.824							1.824
Manso		17.000		(17.000)				
Mauá	26.130	34.528		(55.230)				5.428
Rio Claro	3.697	26.175		(26.290)				3.582
Porto Ferreira	595							595
Rio das Ostras	1.213	3.630						4.843
Uruguaiana	9.930	2.061		(9.930)				2.061
F.AB. Zona Oeste	5.867							5.867
RMR	8.206	2.703						10.909
Cachoeiro	20	5.200		(5.220)				
Jaguaribe		24.111		(24.111)				
Limeira		39.866		(34.553)				5.313
Capivari (a)		11.416		(11.416)				
BRK Negócios Industriais	4.000	19						4.019
Saneatins	8.433	7.939		(8.433)				7.939
BRK Projetos Ambientais	15.744	103.000		(78.260)	(40.484)			
	85.659	277.648		(270.443)	(40.484)			52.380
Em 31 de dezembro de 2025	97.585	340.142	(9.373)	(305.997)	(40.484)			81.873
Em 31 de dezembro de 2024	151.741	292.840	(17.262)	(245.606)	(19.376)	(4.150)	(60.602)	97.585

(a) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c)).

(f) Adiantamento para futuro aumento de capital

(i) Composição

	Controladora	
	2025	2024
BRK Projetos Ambientais	30.500	42.500
Rio das Ostras	1.932	187.000
Maranhão	5.500	2.950
	37.932	232.450

(ii) Movimentação

	Controladora				
	Saldo inicial	Adição	Aporte	Movimentações societárias	Saldo final
BRK Projetos Ambientais	42.500	120.300	(132.300)		30.500
Rio das Ostras	187.000	1.932	(187.000)		1.932
Maranhão	2.950	5.500	(2.950)		5.500
Capivari (a)		31.000		(31.000)	
Mauá Água		8	(8)		
Em 31 de dezembro de 2025	232.450	158.740	(322.258)	(31.000)	37.932
Em 31 de dezembro de 2024	54.646	1.086.263	(489.358)	(419.101)	232.450

(a) Controlada extinta por incorporação na Companhia (Nota 1.1 (c)).

(g) Participação dos acionistas não controladores

													2024
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo (passivo) circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo (passivo) não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial
Controladas													
Rio Claro	40,00	92.412	21.484	70.928	148.240	129.806	18.434	89.362	35.745	85.710	42.616	24.641	9.856
Mairinque (i)	3,44	17.021	24.751	(7.730)	63.165	16.040	47.125	39.395	2.528	28.698	11.758	2.984	58
Goiás	33,36	200.604	225.146	(24.542)	2.148.866	1.979.984	168.882	144.340	48.145	429.323	123.978	(21.444)	(7.153)
Em 31 de dezembro de 2024									**86.418**				**2.761,00**

(i) O valor do investimento e da equivalência patrimonial de Mairinque contempla R$ 1.169 e R$ 45, respectivamente referente a mais valia de ativo.

													2025
	% de participação	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo (passivo) circulante líquido	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo (passivo) não circulante líquido	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida de serviços e vendas	Lucro bruto	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial
Controladas													
Rio Claro	40,00	61.852	20.321	41.531	151.476	129.769	21.707	63.238	25.295	93.449	49.794	23.877	9.551
Mairinque (i)	3,44	9.310	26.349	(17.039)	64.314	4.546	59.768	42.729	2.598	120.751	86.857	6.478	223
Goiás	33,36	122.745	132.531	(9.786)	2.178.924	2.018.839	160.085	150.299	50.132	404.388	126.873	(83.949)	(28.001)
Em 31 de dezembro de 2025									**78.025**				**(18.273)**

(i) O valor do investimento e da equivalência patrimonial de Mairinque contempla R$ 1.123 e R$ 45, respectivamente referente a mais valia de ativo.

9 Imobilizado

	Controladora						
	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	6.517	4.844	17.247	2.728	4.521		35.857
Adições		8				99	107
Baixas	(4)	(684)		(88)	(902)		(1.678)
Movimentações societárias		(9.670)	(10.549)	(460)			(20.679)
Outras transferências		8.172	10.605	48		(56)	18.769
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	6.513	2.670	17.303	2.228	3.619	43	32.376
Depreciação acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(6.038)	(2.292)	(10.140)	(1.622)	(4.519)		(24.611)
Depreciação	(269)	(377)	(712)	(157)			(1.515)
Baixas	4	684		82	902		1.672
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(6.303)	(1.985)	(10.852)	(1.697)	(3.617)		(24.454)
Valor contábil líquido	210	685	6.451	531	2	43	7.922
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	6.513	2.670	17.303	2.228	3.619	43	32.376
Baixas		(596)	(12)	(32)			(640)
Outras transferências			44			(43)	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	6.513	2.074	17.335	2.196	3.619		31.737
Depreciação acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(6.303)	(1.985)	(10.852)	(1.697)	(3.617)		(24.454)
Depreciação	(136)	(136)	(726)	(103)			(1.101)
Baixas		271	7	8			286
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(6.439)	(1.850)	(11.571)	(1.792)	(3.617)		(25.269)
Valor contábil líquido	74	224	5.764	404	2		6.468
Vida útil (anos)	5	5 a 10	10 a 50	10	5		

	Consolidado							
	Terrenos	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	35.166	31.857	45.940	33.237	20.450	7.650	1.358	175.658
Adições		1.029	1.794	12	811	31	4.330	8.007
Baixas		(848)	(1.048)	(2)	(387)	(1.070)		(3.355)
Movimentações societárias			(9.670)	(10.549)	(460)			(20.679)
Outras transferências		125	13.431	11.960	64		(2.036)	23.544
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	35.166	32.163	50.447	34.658	20.478	6.611	3.652	183.175
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024		(26.623)	(30.093)	(14.512)	(12.809)	(7.355)		(91.392)
Depreciação		(1.945)	(3.105)	(1.583)	(1.203)	(105)		(7.941)
Baixas		801	1.000	2	363	1.070		3.236
Outras transferências			(998)		(2)			(1.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024		(27.767)	(33.196)	(16.093)	(13.651)	(6.390)		(97.097)
Valor contábil líquido	35.166	4.396	17.251	18.565	6.827	221	3.652	86.078
Custo de aquisição								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	35.166	32.163	50.447	34.658	20.478	6.611	3.652	183.175
Adições		1.468	1.720		1.009	65	9.504	13.766
Baixas		(429)	(642)	(12)	(168)		(13)	(1.264)
Outras transferências			84	2.519	103		(5.328)	(2.622)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	35.166	33.202	51.609	37.165	21.422	6.676	7.815	193.055
Depreciação acumulada								
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025		(27.767)	(33.196)	(16.093)	(13.651)	(6.390)		(97.097)
Depreciação		(1.851)	(3.132)	(1.562)	(1.189)	(81)		(7.815)
Baixas		426	290	7	124			847
Outras transferências			(26)					(26)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025		(29.192)	(36.064)	(17.648)	(14.716)	(6.471)		(104.091)
Valor contábil líquido	35.166	4.010	15.545	19.517	6.706	205	7.815	88.964
Vida útil (anos)		5	5 a 10	10 a 50	10	5		

10 Ativos de contrato

(a) Movimentação

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	837.333	1.048.145
(+) Adições	764.859	627.509
(-) Transferências - ativo intangível	(451.725)	(838.321)
Saldo no final do exercício	1.150.467	837.333

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos em construção no valor de R$ 74.510 (2024 - R$ 67.258).

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 11,60% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024 – 11,56% a.a.).

11 Ativo de direito de uso

	Controladora			
	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	38.557	11.068		49.625
Adições	695	2.176	9	2.880
Baixas	(27.195)	(2.138)		(29.333)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	12.057	11.106	9	23.172
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(19.821)	(7.031)		(26.852)
Amortização	(2.494)	(1.607)	(1)	(4.102)
Baixas	20.078	10		20.088
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(2.237)	(8.628)	(1)	(10.866)
Valor contábil líquido	9.820	2.478	8	12.306
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	12.057	11.106	9	23.172
Adições	506	229		735
Baixas		(11.333)		(11.333)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	12.563	2	9	12.574
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(2.237)	(8.628)	(1)	(10.866)
Amortização	(2.053)	(826)	(4)	(2.883)
Baixas		9.454		9.454
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(4.290)		(5)	(4.295)
Valor contábil líquido	8.273	2	4	8.279
Vida útil (anos)	6	4	3	

	Consolidado				
	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	151.093	25.472	110.993	42.232	329.790
Adições	14.901	9.818	84.023	37.241	145.983
Baixas	(33.533)	(5.963)	(57.111)	(17.292)	(113.899)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	132.461	29.327	137.905	62.181	361.874
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(53.490)	(12.691)	(47.637)	(25.265)	(139.083)
Amortização	(15.626)	(5.773)	(36.325)	(22.830)	(80.554)
Baixas	25.422	1.128	52.778	16.485	95.813
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(43.694)	(17.336)	(31.184)	(31.610)	(123.824)
Valor contábil líquido	88.767	11.991	106.721	30.571	238.050
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	132.461	29.327	137.905	62.181	361.874
Adições	10.832	3.348	20.749	79.297	114.226
Baixas	(3.029)	(20.423)	(19.759)	(34.368)	(77.579)
Outras transferências			(19.296)	19.296	
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	140.264	12.252	119.599	126.406	398.521
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(43.694)	(17.336)	(31.184)	(31.610)	(123.824)
Amortização	(15.794)	(4.447)	(27.008)	(39.620)	(86.869)
Baixas	2.557	15.748	12.247	24.150	54.702
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(56.931)	(6.035)	(45.945)	(47.080)	(155.991)
Valor contábil líquido	83.333	6.217	73.654	79.326	242.530
Vida útil (anos)	1 a 25	1 a 6	1 a 25	1 a 5	

12 Intangível

	Controladora					
	Direito de concessão (mais valia)	Ágio (goodwill)	Softwares	Intangível em formação	Outros	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	499.195	8.777	571.728	62.182	3.267	1.145.149
Adições			22.734	7.795		30.529
Movimentação societária	128.447					128.447
Outras transferências			20.593	(39.362)		(18.769)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	627.642	8.777	615.055	30.615	3.267	1.285.356
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(141.443)		(174.666)		(655)	(316.764)
Amortização	(27.004)		(87.684)		(326)	(115.014)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(168.447)		(262.350)		(981)	(431.778)
Valor contábil líquido	459.195	8.777	352.705	30.615	2.286	853.578
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	627.642	8.777	615.055	30.615	3.267	1.285.356
Adições			23.527	2.408		25.935
Outras transferências	204.877		2.290	(2.291)		204.876
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	832.519	8.777	640.872	30.732	3.267	1.516.167
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(168.447)		(262.350)		(981)	(431.778)
Amortização	(35.199)		(80.023)		(326)	(115.548)
Outras transferências	(204.877)					(204.877)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(408.523)		(342.373)		(1.307)	(752.203)
Valor contábil líquido	423.996	8.777	298.499	30.732	1.960	763.964
Vida útil (anos)	12 a 36		5		10	

	Consolidado						
	Sistema de água e esgoto	Ágio (goodwill)	Direito de concessão	Softwares	Intangível em formação	Outros	Total
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	6.939.214	8.777	3.937.599	593.036	62.182	3.274	11.544.082
Adições	41.860		286.058	36.867	7.795		372.580
Baixas	(2.907)			(131)			(3.038)
Movimentação societária			(204.877)				(204.877)
Transferências - ativos de contrato	838.321						838.321
Outras transferências	(5.218)			21.036	(39.362)		(23.544)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	7.811.270	8.777	4.018.780	650.808	30.615	3.274	12.523.524
Amortização acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	(1.711.088)		(643.739)	(188.623)		(653)	(2.544.103)
Amortização	(361.944)		(130.373)	(91.712)		(326)	(584.355)
Baixas	2.515			131			2.646
Movimentação societária			204.877				204.877
Outras transferências	1.029			(29)			1.000
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(2.069.488)		(569.235)	(280.233)		(979)	(2.919.935)
Valor contábil líquido	5.741.782	8.777	3.449.545	370.575	30.615	2.295	9.603.589
Custo de aquisição							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	7.811.270	8.777	4.018.780	650.808	30.615	3.274	12.523.524
Adições	28.407		264.840	33.326	2.408		328.981
Baixas	(7.028)						(7.028)
Transferências - ativos de contrato	451.725						451.725
Outras transferências	(17)		204.877	4.929	(2.291)		207.498
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	8.284.357	8.777	4.488.497	689.063	30.732	3.274	13.504.700
Amortização acumulada							
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	(2.069.488)		(569.235)	(280.233)		(979)	(2.919.935)
Amortização	(389.652)		(139.309)	(88.352)		(326)	(617.639)
Baixas	6.810						6.810
Outras transferências	26		(204.877)				(204.851)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(2.452.304)		(913.421)	(368.585)		(1.305)	(3.735.615)
Valor contábil líquido	5.832.053	8.777	3.575.076	320.478	30.732	1.969	9.769.085
Vida útil (anos)	5 a 55		28 a 50	5		10	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo capitalizou juros e encargos financeiros no intangível, referente a outorga, no montante de R$ 259.850 (2024 - R$ 245.899).

13 Fornecedores

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de infraestrutura			141.984	107.103
Serviços e materiais para operação	20.638	22.504	110.015	120.169
Retenções contratuais	1	1	22.224	23.250
Serviços medidos	14.210	21.381	23.712	36.741
	34.849	43.886	297.935	287.263
Circulante	23.492	25.886	286.578	269.263
Não circulante	11.357	18.000	11.357	18.000

14 Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e debêntures

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos	14.1	835.149	690.797	5.955.342	5.764.423
Total do passivo de arrendamento	14.2	10.940	15.414	273.429	263.192
Total das debêntures	14.3	3.574.162	3.742.885	7.816.038	7.646.273
		4.420.251	4.449.096	14.044.809	13.673.888
Circulante		153.759	130.615	807.536	739.636
Não circulante		4.266.492	4.318.481	13.237.273	12.934.252

14.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

					Consolidado	
Modalidade e encargos financeiros anuais	**Encargos médios anuais**	**Vencimentos**	**Custos de transação incorridos**	**Saldos dos custos a apropriar**	**2025**	**2024**
Empréstimos moeda estrangeira						
Controladora						
Capital de giro (i)	17,01%	set/2030			835.149	690.797
Controladas						
Empréstimos moeda nacional						
Capital de giro	16,55%	mar/2026			18.212	17.781
Estruturado	10,22%	abr/2027 a dez/2047	70.623	(52.489)	5.154.470	5.111.972
(-) Custos de transação					(52.489)	(56.127)
Total			70.623	(52.489)	5.955.342	5.764.423
Total de empréstimos curto prazo					322.731	309.987
(-) Custo de transação					(3.662)	(3.015)
Circulante					319.069	306.972
Total de empréstimos longo prazo					5.685.100	5.510.563
(-) Custo de transação					(48.827)	(53.112)
Não circulante					5.636.273	5.457.451
					5.955.342	5.764.423

(i) Em 26 de setembro de 2025, a Companhia assinou o contrato de empréstimo em moeda estrangeira dólar norte americano junto ao banco *The Bank of Nova Scotia* ("*Scotia*") no montante de US$ 150.000, convertidos em moeda local no valor de R$ 795.000, com vencimento do principal em 26 de setembro de 2030 e pagamentos de juros semestrais a partir da data de assinatura do contrato. Na mesma data, a Companhia contratou um swap que substitui, a taxa de juros pré-fixada por taxa pós-fixada em CDI mais *spread* e moeda de dólares para reais com principal finalidade de proteção em relação a exposição cambial e o valor justo (*hedge* de valor justo - Nota 15). Segue abaixo as principais informações do referido empréstimo.

						Controladora
Composição do saldo contábil: custo amortizado e valor justo	**Operação**	**Vencimentos**	**Ponta**	**Principal + Juros**	**Ajuste ao valor justo**	**2025**
Dívida Moeda Estrangeira	4.131	set/2030	Passiva	834.097	1.052	835.149

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas				
Saldo no início do exercício	690.797	330.577	5.764.423	5.736.392
(+) Adição de principal	795.000	548.350	1.138.297	888.793
(+) Adição de juros	37.967	31.058	541.470	503.386
(+) Ajuste a valor justo	1.052		1.052	
(+/-) Variações cambiais	(69.352)	143.206	(69.352)	149.280
(-) Amortização de principal	(583.000)	(339.332)	(951.086)	(1.036.437)
(-) Amortização de juros	(37.315)	(23.062)	(473.100)	(470.338)
(-) Adição de custo de transação			(22)	(10.741)
(+) Amortização do custo de transação			3.660	4.088
Saldo no final do exercício	835.149	690.797	5.955.342	5.764.423

(c) Prazos de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2025	
	Controladora	Consolidado
2027	36.320	333.228
2028	143.806	484.001
2029	166.832	550.178
2030	449.885	803.687
2031		409.855
2032		411.708
2033		386.367
2034		395.841
2035		348.757
2036		315.015
2037 em diante		1.197.636
	796.843	5.636.273

(d) Garantias

As controladas do Grupo buscam estruturar o financiamento para realização de seus investimentos na modalidade de financiamento a projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte dos acionistas para a sua conclusão. Neste sentido, a composição das garantias concedidas aos financiamentos do Grupo é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Classe de garantia	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Garantia(s) do Acionista			398.329	403.645
Garantia(s) de projeto (i)			406.603	44.607
Garantia(s) de projeto e Garantia(s) do Acionista			4.367.750	4.681.501
Total garantido			5.172.682	5.129.753
Sem garantias	835.149	690.797	835.149	690.797
(-) Custos de transação			(52.489)	(56.127)
Total empréstimos e financiamentos	835.149	690.797	5.955.342	5.764.423

(i) As garantias de projeto compreendem, principalmente, a cessão ou penhor dos direitos creditórios, receitas e/ou direitos emergentes das concessões e penhor ou alienação das ações das controladas. A Administração faz monitoramento e não foi identificada a necessidade de reconhecimento de passivo oriundo das garantias concedidas.

(e) Informações adicionais

A seguir estão demonstradas as liberações de empréstimos e financiamentos realizadas no decorrer do exercício:

	Modalidade	2025
Companhia	Capital de giro	795.000
Santa Gertrudes	Estruturado	2.269
Saneatins	Estruturado	42.844
Sumaré	Estruturado	55.601
Caçador	Estruturado	17.269
RMM	Estruturado	135.026
Macaé	Estruturado	8.669
Goiás	Estruturado	55.706
RMR	Estruturado	25.913
		1.138.297

14.2 Passivo de arrendamento

(a) Composição

		Consolidado	
Unidade	**Vencimentos**	**2025**	**2024**
Controladora			
Companhia	ago/2027 a out/2029	10.940	15.414
Controladas			
Rio Claro	jan/2026 a ago/2028	1.820	1.051
Mauá	jan/2026 a mar/2028	1.178	1.841
Blumenau	jun/2026 a fev/2028	1.103	1.162
Santa Gertrudes	jan/2026 a set/2028	923	915
Mairinque	mar/2026 a fev/2028	571	322
Uruguaiana	jul/2026 a dez/2027	2.325	3.141
Porto Ferreira	jan/2026 a ago/2028	1.469	1.014
Saneatins	jan/2026 a dez/2041	98.615	97.203
Maranhão	mai/2026 a ago/2049	53.668	51.413
Sumaré	jan/2026 a ago/2028	5.094	4.410
Caçador	abr/2027 a mar/2028	1.573	1.862
RMM	jan/2026 a dez/2028	17.962	11.750
Macaé	mar/2026 a dez/2028	1.835	1.327
RMR	jan/2026 a dez/2048	33.942	34.856
Manso	fev/2026 a mai/2028	1.049	465
Goiás	out/2026 a abr/2029	29.901	27.468
Limeira	jan/2026 a nov/2030	5.905	5.758
Jaguaribe	jun/2027 a mar/2028	292	180
Ecoaqua	jun/2027	1.298	
Cachoeiro	jan/2026 a dez/2027	1.966	1.640
Total		273.429	263.192
Circulante		66.736	66.667
Não circulante		206.693	196.525
		273.429	263.192

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arredamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 9,64% e 19,56%.

O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. (“Unidas”), totalizando R$ 124.958 (2024 – R$ 88.820). Estas transações estão vinculadas aos contratos globais celebrados em 6 de agosto de 2019 e 30 de dezembro de 2024, referente a frota pesada e frota leve com vigência iniciada a partir da data de entrega do último veículo locado, conforme os termos estabelecidos, e com vencimentos programados entre janeiro de 2026 e agosto de 2029.

Em 11 de setembro de 2023, foi firmado o contrato entre partes relacionadas, sendo: PDC Fundo de Investimento Imobiliário e a Companhia para a locação da sede em São Paulo. O contrato tem duração de 72 meses, abrangendo o período de 1º de novembro de 2023 a 31 de outubro de 2029. Adicionalmente, o locador cedeu os direitos creditórios desta locação à OPEA Securitizadora S.A.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas				
Saldo no início do exercício	15.414	24.306	263.192	212.470
(+) Adição de novos contratos	735	2.880	114.226	145.983
(-) Baixas	(2.407)	(10.285)	(28.414)	(22.626)
(-) Amortização	(4.269)	(3.470)	(116.793)	(106.199)
(+) Amortização AVP	1.467	1.983	41.218	33.564
Saldo no final do exercício	10.940	15.414	273.429	263.192

(c) Prazos de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2025	
	Controladora	Consolidado
2027	2.723	57.128
2028	3.007	44.010
2029	2.745	20.498
2030		9.300
2031		10.267
2032		2.317
2033		2.663
2034		2.636
2035		3.024
2036		3.524
2037 em diante		51.326
	8.475	206.693

(d) Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS 16/CPC 06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19 (“Ofício 02/19”), a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do Ofício 02/19.

Para atender a orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais com juros efetivos. Para o cálculo da taxa efetiva é utilizado o índice que regula cada contrato específico, substancialmente os contratos são indexados pelo IGPM. As taxas são aplicadas nos fluxos de pagamento para determinação de seus impactos nos contratos de arrendamento.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Fluxo nominal		
Passivo de arrendamento	473.224	471.594
Juros embutidos	(199.795)	(208.402)
	273.429	263.192
Fluxo real efetivo inflacionado		
Passivo de arrendamento	588.245	611.813
Juros embutidos	(253.726)	(275.099)
	334.519	336.714

14.3 Debêntures

(a) Composição

					Consolidado	
Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
Controladora						
Capital de giro	16,22%	abr/2027 a set/2034	70.366	(43.379)	3.617.541	3.786.005
(-) Custo de transação					(43.379)	(43.120)
					3.574.162	3.742.885
Controladas						
Capital de giro	21,00%	mai/2026 a set/2029	16.469	(11.072)	1.428.265	1.162.288
Outorga	12,22%	jun/2042	150.261	(126.271)	2.628.946	2.528.097
Estruturado	12,34%	dez/2027 a jul/2037	11.496	(8.562)	330.570	368.840
(-) Custo de transação					(145.905)	(155.837)
Total consolidado			248.592	(189.284)	7.816.038	7.646.273
Total de debêntures curto prazo					443.859	378.340
(-) Custo de transação					(22.128)	(12.343)
Circulante					421.731	365.997
Total de debêntures longo prazo					7.561.463	7.466.890
(-) Custo de transação					(167.156)	(186.614)
Não circulante					7.394.307	7.280.276
					7.816.038	7.646.273

Em 15 de janeiro de 2025, a controlada direta Mauá realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 260.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2038. A destinação dos recursos será para pagamento de dívida e reforço de caixa.

Em 3 de outubro de 2025, a Companhia realizou a 14ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 1.500.000 com vencimento em 3 de outubro de 2030. A destinação dos recursos foi para pagamento de dívidas da Companhia (*liability management*), em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida e redução do custo financeiro.

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas				
Saldo no início do exercício	3.742.885	2.736.272	7.646.273	6.676.822
(+) Novas emissões	1.500.000	950.000	1.760.000	1.470.000
(+) Encargos financeiros	582.994	430.998	1.154.603	924.606
(-) Amortização de principal	(1.685.253)		(1.773.145)	(844.982)
(-) Amortização de juros	(566.205)	(368.710)	(981.366)	(577.032)
(-) Adição de custo de transação	(10.651)	(13.961)	(12.150)	(25.077)
(+) Amortização do custo de transação	10.392	8.286	21.823	21.936
Saldo no final do exercício	3.574.162	3.742.885	7.816.038	7.646.273

(c) Prazos de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2025	
	Controladora	Consolidado
2027	609.309	737.637
2028		217.974
2029	945.007	1.514.300
2030	1.496.007	1.683.830
2031	102.574	307.364
2032	102.574	281.100
2033	102.574	303.149
2034	103.129	326.939
2035		249.950
2036		218.597
2037 em diante		1.553.467
	3.461.174	7.394.307

(d) Garantias

As características das garantias das debêntures são similares àquelas descritas para os empréstimos e financiamentos (Nota 14.1 (d)), sendo a composição destas garantias apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Classe de garantia	2025	2024	2025	2024
Garantia(s) do Acionista			634.168	515.272
Garantia(s) de projeto			470.866	509.839
Garantia(s) de projeto e Garantia(s) do Acionista			2.886.870	2.683.675
Total garantido			3.991.904	3.708.786
Sem garantias	3.617.541	3.786.005	4.013.418	4.136.444
(-) Custo de transação	(43.379)	(43.120)	(189.284)	(198.957)
Total debêntures	3.574.162	3.742.885	7.816.038	7.646.273

14.4 Cronograma de amortização dos custos de transação de empréstimos e financiamentos e debêntures

O quadro a seguir demonstra o cronograma dos efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes da amortização dos custos de transação:

	Controladora							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total
Debêntures	(10.598)	(8.295)	(7.143)	(4.993)	(3.993)	(2.219)	(6.138)	(43.379)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(10.598)	(8.295)	(7.143)	(4.993)	(3.993)	(2.219)	(6.138)	(43.379)

	Consolidado							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante	Total
Empréstimos e financiamentos	(3.662)	(3.662)	(3.662)	(3.576)	(3.234)	(3.233)	(31.460)	(52.489)
Debêntures	(22.128)	(19.720)	(18.126)	(14.878)	(13.214)	(11.039)	(90.179)	(189.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(25.790)	(23.382)	(21.788)	(18.454)	(16.448)	(14.272)	(121.639)	(241.773)

14.5 Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants*

O Grupo possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros.

A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes no exercício.

15 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais até o vencimento, e descontado a valor presente na data das informações financeiras pelas taxas de mercado vigentes. Abaixo composição do saldo:

	Controladora	
	2025	2024
Composição no balanço patrimonial		
Ativo instrumento financeiro derivativo	191.219	185.264
Passivo instrumento financeiro derivativo	(192.870)	(89.130)
	(1.651)	96.134

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Em 26 de setembro de 2025, a Companhia liquidou no montante de R$ 646.493, (R$ 38.933 liquidado em março de 2025), a totalidade do saldo do contrato de Empréstimo na Modalidade 4.131 em dólares norte-americanos, que havia sido contratado em 13 de março de 2024, com o *Scotia*. Na mesma data, a Companhia liquidou o saldo do *swap* de contrato que substituía a taxa de juros pré-fixada por taxa pós-fixada em CDI mais *spread* e moeda de dólares para reais com principal finalidade de proteção (*hedge*) em relação a variações cambiais da dívida.

						Controladora	
Instrumento	**Operação**	**Vencimentos**	**Ponta**	**Moeda**	**Taxas**	**2025**	**2024**
Contrato de *Swap* - Curva	*Swap* USD x CDI	mar/2027	Ativa	USD	3,97%		692.499
Contrato de Swap - Curva	*Swap* USD x CDI	mar/2027	Passiva	BRL	CDI + 2,90%		(568.493)
					Total líquido de *Swap* curva		124.006
Contrato de *Swap* - Valor justo	*Swap* USD x CDI	mar/2027	Ativa	USD			695.551
Contrato de Swap - Valor justo	*Swap* USD x CDI	mar/2027	Passiva	BRL			(599.417)
					Total líquido de valor justo do *Swap*		96.134
					Saldo no início do exercício	96.134	(8.582)
					Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes acumulado	27.872	(22.573)
					Ganho (perda) reconhecido no resultado	(124.006)	127.289
					Saldo no final do exercício		96.134

(b) *Hedge* de valor justo

A Companhia contratou empréstimo em dólares norte-americanos, com desembolso no dia 26 de setembro de 2025, com o *Scotia* no montante de US$ 150.000, convertidos em R$ 795.000, e com vencimento em 26 de setembro de 2030. Na mesma data, a Companhia contratou um *swap* que substitui a taxa de juros pré-fixada por taxa pós-fixada em CDI mais *spread* e moeda de dólares para reais, com principal finalidade de proteção (*hedge*) em relação a variações cambiais da dívida, na modalidade de valor justo (Nota 14.1 (a)).

A Companhia designou o *swap* como instrumento de *hedge* e aplicou a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger do risco de variação cambial do empréstimo referido anteriormente.

							Controladora
Instrumento	**Operação**	**Vencimentos**	**Ponta**	**Principal + Juros**	**Moeda**	**Taxas**	**2025**
Contrato de *Swap* - Curva	*Swap* USD x CDI	set/2030	Ativa	151.868	USD	3,97%	835.638
Contrato de *Swap* - Curva	*Swap* USD x CDI	set/2030	Passiva	829.483	BRL	CDI + 2,35%	(829.483)
						Total líquido de *Swap* curva	6.155
Contrato de *Swap* - Valor justo	*Swap* USD x CDI	set/2030	Ativa	151.779	USD		835.149
Contrato de *Swap* - Valor justo	*Swap* USD x CDI	set/2030	Passiva	836.800	BRL		(836.800)
						Total líquido de valor justo do *Swap*	(1.651)
						Saldo no início do exercício	
						Perda reconhecido no resultado	(1.651)
						Saldo no final do exercício	(1.651)

16 Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários	11		3.252	3.405
Obrigações sociais	4.529	4.888	17.874	21.307
Provisões de férias	12.740	12.141	49.337	48.686
Benefícios	4.199	754	7.076	2.132
Participação sobre os lucros (i)	35.810	47.279	80.306	86.899
	57.289	65.062	157.845	162.429

(i) Refere-se à provisão na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atreladas as metas individuais e metas corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e do resultado da Companhia, sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado.

17 Obrigações com o Poder Concedente

	Consolidado	
	2025	2024
Outorga fixa (i)		
Santa Gertrudes	32	32
Saneatins	2.705	3.320
Goiás	234.164	246.708
	236.901	250.060
Outorga variável	8.928	10.315
	245.829	260.375
Circulante	19.918	36.970
Não circulante	225.911	223.405

(i) Refere-se ao saldo remanescente do direito de exploração do contrato de concessão de água e esgotamento sanitário, que serão pagos ao Poder Concedente e os montantes são atualizados de acordo com cada contrato.

18 Provisões para riscos

As movimentações das provisões para riscos foram como segue:

	Consolidado				
	Riscos cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Riscos tributários	Ambiental	Total
Em 1º de janeiro de 2025	25.192	9.598	90	3.859	38.739
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	49.563	15.456	1.215	15.310	81.544
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(11.954)	(11.167)	(100)	(278)	(23.499)
(-) Pagamentos	(16.395)	(7.308)	(1.130)	(4.028)	(28.861)
Em 31 de dezembro de 2025	46.406	6.579	75	14.863	67.923

O cálculo da provisão para riscos foi feito em consonância com o controle de processos judiciais de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do Grupo são rés e para as quais a classificação de perda é provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de perda.

(a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável e possível

As empresas do Grupo são partes em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

Processos de natureza cível - Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias e contratuais no montante possível de R$ 199.983 (2024 – R$ 197.766), representado por diversos processos.

Processos de natureza trabalhista - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciárias. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante possível de R$ 12.281 (2024 – R$ 11.994), representado por diversos processos.

Processos de natureza tributária - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte do Grupo, no montante possível de R$ 102.220 (2024 – R$ 117.135), representado por diversos processos.

Processos de natureza ambiental - Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante possível de R$ 186.661 (2024 – R$ 148.873), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas ao não cumprimento de termo de compromisso.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

	Consolidado				
	Riscos cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Riscos tributários	Ambiental	Total
Companhia	11		54.788		54.799
Blumenau	3.587	64	11	133	3.795
Caçador	3		61	56	120
Mauá	11.403		4.604		16.007
Porto Ferreira	252		151	41	444
Rio Claro	157	97	12		266
Santa Gertrudes	3	70		37	110
Sumaré	1.327	1.410	10	73	2.820
Uruguaiana	647	22	1	75	745
Maranhão	6.542		1.058	4.060	11.660
Mairinque	97	920	69	75	1.161
Manso			1		1
RMM	53.286	1.207	1	2.520	57.014
Ecoaqua	253				253
Rio das Ostras	25.920		2.516	51.929	80.365
Saneatins	31.129	115	22.952	110.610	164.806
Macaé	2.203	2.769	26	18	5.016
RMR	42.951	1.140	6.904	6.656	57.651
BRK Projetos Ambientais	120		371		491
Goiás	9.657			9.967	19.624
Cachoeiro	5.417	4.051	1.582	217	11.267
Jaguaribe			1		1
Limeira	5.018	416	7.101	194	12.729
Em 31 de dezembro de 2025	**199.983**	**12.281**	**102.220**	**186.661**	**501.145**

19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Composição no balanço patrimonial (não circulante)				
Ativo diferido			294.246	258.349
Passivo diferido	(143.261)	(142.693)	(754.469)	(716.145)
	(143.261)	(142.693)	(460.223)	(457.796)

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2025	
	Controladora	Consolidado
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	10.354	16.307
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		1.096.545
	10.354	1.112.852
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:		
2026	10.354	16.307
2027		10.694
2028		18.125
2029		20.403
2030		41.308
2031		51.133
2032		70.854
2033		70.744
2034		76.318
2035		129.503
Demais anos		607.463
	10.354	1.112.852

	2025	
	Controladora	Consolidado
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	(15.451)	(60.287)
Passivo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	(138.164)	(1.512.788)
	(153.615)	(1.573.075)
Expectativa por ano de realização do passivo diferido é como segue:		
2026	(15.451)	(60.287)
2027	(14.324)	(43.921)
2028	(15.592)	(50.724)
2029	(14.045)	(33.079)
2030	(10.460)	(29.341)
2031	(8.771)	(29.733)
2032	(6.490)	(36.898)
2033	(5.349)	(15.520)
2034	(5.349)	(42.335)
2035	(5.349)	(18.802)
Demais anos	(52.435)	(1.212.435)
	(153.615)	(1.573.075)
	(143.261)	(460.223)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos períodos. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros do Grupo, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

					Controladora
	2024	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2025
Ativo fiscal diferido					
Swap	9.477	3.012	(9.476)		3.013
Variação Cambial	45.283	(37.942)			7.341
Total ativo fiscal diferido	54.760	(34.930)	(9.476)		10.354
Compensação CPC 32 (IAS12)	(54.760)			44.406	(10.354)
		(34.930)	(9.476)	44.406	
Passivo fiscal diferido					
Receita e Custo de Construção e Receita Financeira Concessões/ Contratos Ativo Financeiro (ICPC, 01, CPC 06 e ICPC 03)		756		(11.563)	(10.807)
Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível)	(113.839)	6.339			(107.500)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	(83.614)	48.700		(394)	(35.308)
Total passivo fiscal diferido	(197.453)	55.795		(11.957)	(153.615)
Compensação CPC 32 (IAS12)	54.760			(44.406)	10.354
	(142.693)	55.795		(56.363)	(143.261)
Total	(142.693)	20.865	(9.476)	(11.957)	(143.261)

					Consolidado
Ativo fiscal diferido	**2024**	**Reconhecido na demonstração do resultado**	**Reconhecido diretamente no patrimônio líquido**	**Outros**	**2025**
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	897.515	132.656		420	1.030.591
Provisões	40.053	12.936			52.989
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	51	(34)			17
Lei 9656 - obrigações com benefícios pós-emprego	9.846	1.281	(798)		10.329
Arrendamento - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	6.593	1.980			8.573
Swap	9.476	3.012	(9.476)		3.012
Variação Cambial	45.282	(37.941)			7.341
Total ativo fiscal diferido	1.008.816	113.890	(10.274)	420	1.112.852
Compensação CPC 32 (IAS12)	(750.467)			(68.139)	(818.606)
	258.349	113.890	(10.274)	(67.719)	294.246
Passivo fiscal diferido					
Lucros diferidos (orgãos governamentais)	(228.024)	(14.777)			(242.801)
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(22.736)	(3.328)			(26.064)
Receita e custo de construção e receita financeira concessões/ contratos ativo financeiro	(222.635)	(42.434)			(265.069)
Capitalização de juros e custo de transação	(747.492)	(98.781)			(846.273)
Diferença de taxa de amortização de ativos intangíveis	(8.059)	(3.342)			(11.401)
Ágio (Instrução CVM 319/99)	(3.959)	3.959			
Combinação de negócios mais valia (intangível)	(134.690)	6.116			(128.574)
Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	(97.495)	46.120			(51.375)
Arrendamento - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	(1.522)	4			(1.518)
Total passivo fiscal diferido	(1.466.612)	(106.463)			(1.573.075)
Compensação CPC 32 (IAS12)	750.467			68.139	818.606
	(716.145)	(106.463)		68.139	(754.469)
Total	(457.796)	7.427	(10.274)	420	(460.223)

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não reconheceu ativos fiscais diferidos no montante de R$ 109.221, referentes a prejuízos fiscais acumulados de R$ 321.689, apurados principalmente pela Companhia e pelas controladas Projetos Ambientais, Mauá Águas e Participações em Negócios Industriais. O não reconhecimento desses ativos decorre da não expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Referidos prejuízos fiscais poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, observados os limites e condições estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do Grupo, antes do imposto de renda e contribuição social, diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicáveis aos lucros individual e consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social operação continuada	(110.560)	(1.336)	(27.513)	72.595
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social operação descontinuada		(12.991)		(12.991)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal operação continuada	37.590	454	9.354	(24.682)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal operação descontinuada		4.417		4.417
Efeito das adições (exclusões) permanentes	(16.725)	14.138	(89.809)	(31.896)
Equivalência patrimonial continuada	108.908	100.539	(405)	(1.327)
Equivalência patrimonial descontinuada		(4.417)		
Ganho ou perda na operação descontinuada		4.417		(4.417)
Incentivos fiscais			16.404	13.812
Multas	(1)	(7)	(77)	(207)
Juros sobre capital próprio	(21.248)	(39.128)	907	2.737
Prejuizo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	(108.457)	(59.738)	(109.221)	(54.123)
Outros	4.073	12.472	2.583	10.597
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	20.865	19.009	(80.455)	(52.161)
Composição do IR e da CS:				
Imposto de renda e contribuição social correntes operação continuada			(87.882)	(66.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos operação continuada	20.865	19.009	7.427	14.632
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	20.865	19.009	(80.455)	(52.161)
Alíquota efetiva	18,87%	132,68%	292,43%	87,51%

20 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

			Controladora				
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante		Resultado
					Partes relacionadas	Despesas gerais e administrativas	Receitas (despesas) financeiras
	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos					2024
Mútuo (i)							
Blumenau	CDI + 3,77% a 4,27%	dez/2028		33.829			2.010
Cachoeiro	CDI + 3,77%	Ago/2026			83.041		(2.458)
Ecoaqua	Selic 100%	dez/2030			11.643		(1.155)
F. AB. Zona Oeste	CDI + 4,50%	dez/2027		25.044			3.343
Goiás	CDI + 2% a 3,75%	jan/2027 a dez/2038		115.417			7.266
Goiás	CDI + 3,75% a 4,25%	jan/2025 a mar/2025	60.213				5.716
Macaé	CDI + 3,5% a 3,77%	dez/2028 a dez/2038		156.821			5.259
Maranhão	CDI + 3,77%	dez/2026		11.050			7
Porto Ferreira	CDI + 3,77% a 4,27%	dez/2028 a dez/2033		1.067			7
RMR	CDI + 4,02% a 4,27%	dez/2028		265.752			18.870
RMM	CDI + 4,27%	dez/2026		51.666			6.812
Saneatins	CDI + 2,98% a 4,75%	dez/2038		521.025			65.391
BRK Ambiental - Araguaia Saneamento S.A.							180
Sumaré	CDI + 4,27%	dez/2027		5.697			1.491
Uruguaiana	CDI + 4% a 5%	dez/2037		45.790			6.339
			60.213	1.233.158	94.684		119.078
Demais partes relacionadas (ii)							
Blumenau				18.478		5.360	1.336
BRK Negócios Industriais				202			
Caçador				11.548		3.413	1.477
Cachoeiro				1.776		11.214	3.606
F. AB. Zona Oeste				8.823		13.124	
Goiás				58.071		16.381	
Jaguaribe				333		3.981	1.830
Limeira				2.459		18.486	6.276
Macaé				44.002		6.944	2.955
Manso				451		5.854	
Maranhão				91.759		14.425	509
Mauá				879		10.472	434
Porto Ferreira				22.082		3.867	
Rio das Ostras				5.705		10.400	1.644
RMR				190.693		34.229	20.357
Saneatins				234.759		65.299	7.344
Sumaré				50.190		12.835	3.979
Uruguaiana				17.129		7.498	1.208
BRK Projetos Ambientais				9.814		319	
RMM				227.830		50.214	26.742
Outros				18.534		9.240	1.753
				1.015.517		303.555	81.450
			60.213	2.248.675	94.684	303.555	200.528

			Controladora				
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante		Resultado
						Despesas gerais e administrativas	Receitas (despesas) financeiras
	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos			Partes relacionadas		2025
Mútuo (i)							
Blumenau	CDI +4,52%	dez/2028		28.355			4.577
Cachoeiro							(3.254)
Ecoaqua	Selic 100%	dez/2030			12.148		(1.635)
F. AB. Zona Oeste	CDI + 5%	dez/2027		18.953			4.913
Goiás	CDI + 2% a 4%	jan/2027 a dez/2038		145.993			21.375
Goiás	CDI + 4,25%	dez/2026	11.747				8.559
Macaé	CDI + 3,5% a 3,77%	dez/2028 a dez/2038		103.941			7.490
Maranhão	CDI + 4,02%	dez/2026	13.427				2.081
Porto Ferreira							41
RMR	CDI + 4,27% a 4,52%	dez/2028		316.580			50.828
RMM							3.695
Saneatins	CDI + 2,98% a 4,75%	dez/2038		538.604			91.496
Mauá							(1.278)
Sumaré							1.064
Uruguaiana	CDI + 4% a 5%	dez/2037		50.205			8.987
			25.174	1.202.631	12.148		198.939
Demais partes relacionadas (ii)							
Blumenau				25.194		5.638	1329
BRK Negócios Industriais				202			
Caçador				7.166		3.512	1.615
Cachoeiro				6.643		10.898	853
F. AB. Zona Oeste				13.352		12.469	
Goiás				1.505		16.244	
Jaguaribe				364		3.959	
Limeira				2.387		17.711	1.859
Macaé				30.095		7.925	3.003
Manso				605		6.194	
Maranhão				104.879		13.577	496
Mauá				2.270		10.657	5.346
Porto Ferreira				22.378		3.506	
Rio das Ostras				20.070		14.364	
RMR				54.981		33.505	22.744
Saneatins				179.608		61.753	7.692
Sumaré				49.993		11.740	4.761
Uruguaiana				991		7.142	1.175
BRK Projetos Ambientais				68.897		337	
RMM				303.979		41.120	35.029
Outros				5.878	826	7.735	59
				901.437	826	289.986	85.961
			25.174	2.104.068	12.974	289.986	284.900

			Consolidado				
			Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante		Resultado
					Partes relacionadas	Despesas gerais e administrativas	Receitas (despesas) financeiras
	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos					2024
Mútuo (i)							
Controladas em conjunto							
F. AB. Zona Oeste	CDI + 4,50%	dez/2027	25.044				3.343
Ligadas							
Construtora Central do Brasil S.A. ("CCB")	CDI + 2,25% a 4,25%	jan/2025 a jan/2027		30.039	46.175		(13.966)
			25.044	30.039	46.175		(10.623)
Demais partes relacionadas (ii)							
Controladas em conjunto							
F. AB. Zona Oeste			8.823			13.124	
Ligadas							
CCB			1.556				
Outros						47.464	7.935
			1.556			47.464	7.935
			10.379			60.588	7.935
			35.423	30.039	46.175	60.588	(2.688)

			Consolidado				
			Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante		Resultado
					Partes relacionadas	Despesas gerais e administrativas	Receitas (despesas) financeiras
	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos					2025
Mútuo (i)							
Controladas em conjunto							
F. AB. Zona Oeste	CDI + 5%	dez/2027	18.953				4.913
Ligadas							
CCB	CDI + 4,25% a 4%	dez/2026 a jan/2027		5.878	59.594		(11.450)
			18.953	5.878	59.594		(6.537)
Demais partes relacionadas (ii)							
Controladas em conjunto							
F. AB. Zona Oeste			13.352			12.469	
Ligadas							
CCB			1.556				
Outros						42.168	
			1.556			42.168	
			14.908			54.637	
			33.861	5.878	59.594	54.637	(6.537)

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, é apurado de acordo com condições negociadas entre as partes, em conformidade com exigências legais e de acordo com as políticas internas.

(i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia e as controladas representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures destas controladas. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no IAS 01/CPC 26 (R2). Os contratos de mútuos em aberto em 31 de dezembro de 2025 classificados no ativo circulante e não circulante possuem, substancialmente, a característica de empréstimos ponte às controladas cujos projetos de investimento em infraestrutura possuem a Companhia como patrocinadora e seguem o cronograma de investimentos das concessões.

(ii) Refere-se, substancialmente, aos i) contratos de rateios para compartilhamento de despesas corporativas, estruturas técnicas de engenharia e respectivos gastos entre a Companhia e as controladas, sem encargos financeiros e vigência por período indeterminado; ii) contrato de repasse de garantias prestadas pela Companhia em favor das controladas, em razão de contratos de empréstimos e/ou financiamentos, com vigência por período indeterminado.

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Salários e outros benefícios de curto prazo	20.668	22.659
Benefícios pós-emprego	272	264
Outras despesas	248	280
	21.188	23.203

(b) Passivo de arrendamento com partes relacionadas

			Consolidado	
Arrendador	**Arrendatario**	**Vencimentos**	**2025**	**2024**
Rio Claro	Unidas	abr/2026 a mar/2028	1.341	386
Mauá	Unidas	jan/2026 a fev/2028	868	1.151
Blumenau	Unidas	jul/2026 a fev/2028	906	744
Santa Gertrudes	Unidas	mar/2026 a mar/2028	625	610
Mairinque	Unidas	mar/2026 a fev/2028	412	125
Uruguaiana	Unidas	jul/2026 a dez/2027	2.196	2.077
Porto Ferreira	Unidas	fev/2026 a mar/2028	1.259	388
Saneatins	Unidas	mar/2028 a mar/2029	31.763	20.123
Maranhão	Unidas	mai/2026 a mar/2029	8.866	7.049
Sumaré	Unidas	mar/2026 a mar/2028	4.755	3.308
Caçador	Unidas	abr/2027 a mar/2028	1.425	1.438
RMM	Unidas	dez/2028	12.052	4.990
Macaé	Unidas	mar/2026 a dez/2027	1.422	168
RMR	Unidas	jun/2026 a ago/2029	26.024	22.354
Manso	Unidas	jun/2026 a mar/2028	742	16
Goiás	Unidas	dez/2027 a abr/2029	23.800	18.538
Limeira	Unidas	mar/2026 a mar/2028	4.746	4.645
Jaguaribe	Unidas	mar/2028	215	28
Cachoeiro	Unidas	jan/2026 a dez/2027	1.541	682
Total			124.958	88.820
Circulante			42.089	30.239
Não circulante			82.869	58.581
			124.958	88.820

(c) Demais partes relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo circulante		Resultado	
	Ativos de contratos		Fornecedores		Custos/ despesas operacionais	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Demais partes relacionadas - Grupo Brookfield						
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (i)					16	14
Ascenty Data Centers e Telecomunicações (ii)			54		638	521
Elera Comercializadora Ltda (iii)					6.016	11.578
Ferrovia Norte e Sul S.A.						31
Brookfield Brasil Asset Management (v)				410	4.096	5.239
Elera Gestão e Energia S.A. (vi)					7.777	
Irapuru III Energia S.A. (vii)			18		10.832	
Unidas (viii)					543	
			72	410	29.918	17.383
Acionistas não controladores						
CCB (iv)	28.655	27.551	1.420	981		
	28.655	27.551	1.492	1.391	29.918	17.383

(i) Em 3 de novembro de 2015, a controlada direta Limeira, assinou o contrato de direito de passagem com a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. e vencimento até 1 de junho de 2039.

(ii) Em 11 de maio de 2020, a Companhia assinou o contrato de serviço de data center e infraestrutura de informática com Ascenty Data Centers e Telecomunicações com vencimento em dezembro de 2025.

(iii) Em 17 de junho de 2020, as controladas diretas Cachoeiro, Uruguaiana, Blumenau, Caçador, SNT, Limeira, Mauá, Mairinque e Sumaré e as controladas indiretas RMR e Goiás, assinaram o contrato com a parte relacionada Elera Comercializadora Ltda, para fornecimento de energia elétrica com vencimento em 31 de dezembro de 2031.

(iv) Em 18 de agosto de 2025, a controlada indireta Goiás assinou contrato para construção de infraestrutura com o seu acionista não controlador CCB, com vencimento em 18 de agosto de 2026.

Em 29 de agosto de 2025, a controlada direta Caçador assinou o contrato com a parte relacionada CCB, para construção de infraestrutura, com vencimento em 29 de setembro de 2028.

Em 23 de dezembro de 2025, a controlada indireta Goiás assinou contrato com o seu acionista não controlador CCB, referente a prestação de serviços de assessoria e despesas de mercado já executadas, as partes acordam que o valor total será usado pela CCB para aumento de capital da controlada indireta Goiás.

(v) Em 3 de agosto de 2022, a Companhia assinou o acordo de compartilhamento de serviços com a Brookfield Brasil Asset Management investimentos Ltda., com vencimento em 31 de março de 2027. Em 31 de outubro de 2025 este contrato foi rescindido, considerando o encerramento do compartilhamento de serviços.

(vi) Em 20 de fevereiro de 2024, as controladas diretas Cachoeiro, Uruguaiana, Blumenau, Caçador, Limeira, Mauá, Mairinque e Sumaré e a controlada indireta Goiás, assinaram o contrato com a parte relacionada Elera Gestão e Energia S.A., para fornecimento de energia elétrica com vencimento em 20 de fevereiro de 2038.

(vii) Em 18 de dezembro de 2024, as controladas diretas Cachoeiro, Uruguaiana, Blumenau, Caçador, Limeira, Mauá, Mairinque e Sumaré e a controlada indireta Goiás, assinaram o contrato com a parte relacionada Irapuru III Energia S.A., para fornecimento de energia elétrica com vencimento em 18 de dezembro de 2038.

(viii) No decorrer do exercício de 2025, a controlada indireta RMR realizou, de forma pontual, a contratação de serviços de locação de veículos leves junto à parte relacionada com a Unidas Locadora Ltda.

Além das transações mencionadas com partes relacionadas, a Companhia possui operações de arrendamento (Nota 14.2) com a Unidas, referentes à locação de veículos e equipamentos de linha amarela, utilizados em atividades operacionais das controladas com pagamento mensal.

21 Benefícios a empregados

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo atuarial	21.1	2.722	2.733	33.100	31.691
Incentivos de longo prazo	21.2	3.303	2.376	6.088	7.078
		6.025	5.109	39.188	38.769

21.1 Passivo atuarial

Plano de assistência médica pós-emprego

(i) Premissas

	2025	2024
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	7,05% a.a.	7,49% a.a.
Taxa de inflação	4,00% a.a.	4,25% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944	RRB-1944
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.733	1.971	31.691	33.624
(+) Custo dos serviços correntes	250	452	1.133	2.602
(+) Custo dos juros	282	202	3.168	3.385
(+/-) Ganhos (perdas) atuariais	(543)	108	(2.892)	(7.920)
Saldo no final do exercício	2.722	2.733	33.100	31.691

21.2 Incentivos de longo prazo

O programa de incentivo de longo prazo (Programa de *Matching*) refere-se à bonificação de diretores e/ou gerentes elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia do Grupo, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos com início em 2021 e com possibilidade de adesões anuais seguindo o ciclo do programa. Adicionalmente, os ciclos referentes aos programas de 2021 e 2022 foram concluídos, respectivamente, em junho de 2024 e junho de 2025, conforme prazo inicialmente estabelecido.

O Programa de *Matching* é facultativo e tem como base a aquisição de "ações virtuais" a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo *valuation* da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia e suas controladas totalizam R$ 3.303 (2024 – R$ 2.376) para a controladora e R$ 6.088 (2024 – R$ 7.078) para o consolidado.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	Tipo de ações	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	ON	70,00	70,00	2.806.164	2.806.164	1.852.409.346	1.852.409.346
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS	ON	30,00	30,00	1.202.642	1.202.642	793.889.719	793.889.719
				4.008.806	4.008.806	2.646.299.065	2.646.299.065

(b) Reserva de capital

Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

(e) Dividendos

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição da reserva legal, no valor de R$ 1.112. Adicionalmente, em 6 de maio de 2025, conforme aprovação dos acionistas da Companhia, o valor foi revertido para a conta de reservas de retenção de lucros.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve distribuição de dividendos em decorrência do prejuízo do exercício no montante de R$ 89.695.

(f) Lucro (prejuízo) básico por ação

O lucro básico (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	Controladora e consolidado	
	2025	**2024**
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia operações continuadas	(89.695)	17.673
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia operações descontinuadas		(12.991)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.646.299	2.646.299
Lucro básico (prejuízo) por ação (em R$) operações continuadas	(0,0339)	0,0067
Prejuízo por ação (em R$) operações descontinuadas		(0,0049)

(g) Lucro (prejuízo) diluído por ação

Para a controladora o lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada a quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve efeito dilutivo devido ao prejuízo no exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é demonstrado abaixo e o resultado é igual ao lucro básico.

A Companhia possui opções de compra de ações (Nota 22 (i)).

	Controladora e consolidado	
	2025	**2024**
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia operações continuadas	(89.695)	17.673
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia operações descontinuadas		(12.991)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.646.299	2.646.299
Ajustes de:		
Opção de compra de ações (milhares)	20.082	23.956
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	2.646.299	2.622.343
Lucro diluído (prejuízo) por ação (em R$) operações continuadas	(0,0339)	0,0067
Prejuízo por ação (em R$) operações descontinuadas		(0,0050)

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é constituído em conformidade com o disposto na Lei nº 11.638/07 e tem por finalidade registrar no patrimônio líquido, os efeitos de determinadas transações e eventos que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não transitam pelo resultado do exercício no momento de seu reconhecimento inicial. Tais valores somente impactarão o resultado quando de sua efetiva realização. A seguir, são apresentadas as principais naturezas das transações que compõem o ajuste de avaliação patrimonial:

Ágio gerado no aporte de participação adicional em empresa sob controle comum

Em 30 de setembro de 2020, quando da reorganização societária da BRK Ambiental – Centro Norte Participações S.A. e da BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A., foi gerado ágio no montante de R$ 1.215.447, apurado pela diferença entre o valor das participações integralizadas pelo acionista e o valor patrimonial à época avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Obrigações com benefícios pós-emprego

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a remensuração do passivo atuarial que resultou em ganhos ou perdas atuariais no montante de R$ 2.148 (2024 – R$ 5.307), líquido de imposto de renda e contribuição social (Nota 21.1 (ii) e 19 (a)).

Hedge accounting

Referem-se aos ganhos ou perdas da parcela efetiva da variação líquida do valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa, líquidos do imposto de renda e contribuição social (Nota 15 e 19 (a)).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(18.396)	(3.498)	(18.396)	(4.921)
Hedge de fluxo de caixa	27.872	(22.573)	27.872	(20.417)
Imposto de renda e contribuição social sobre *Hedge*	(9.476)	7.675	(9.476)	6.942
Saldo no final do exercício		(18.396)		(18.396)

(i) Programa de Investimento

Em 24 de janeiro de 2020, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o Programa de Investimento da Companhia ("Programa"), destinado a certos executivos chave da alta administração da Companhia ("Investidores Elegíveis"). O propósito do Programa é motivar, reter e alinhar os interesses dos acionistas aos dos executivos, maximizar o valor da Companhia e o alcance dos seus objetivos.

O Programa consiste na oferta onerosa de opções de compra ou subscrição de Ações preferenciais ("Opções") aos Investidores Elegíveis, que poderão voluntariamente optar por adquiri-las ou não. O valor da Opção é determinado com base em modelo econômico de Black, Scholes & Merton ("BSM"). O método BSM foi aplicado por consultoria especializada e independente, considerando as variáveis do mercado de capitais brasileiro e do setor de saneamento brasileiro e internacional, levando em conta as premissas estabelecidas pelo programa de investimento como: (i) prazo estimado para evento de liquidez, (ii) preço de exercício da opção aplicado na data-base da outorga das opões, acrescido de taxa anual de carregamento, (iii) volatilidade esperada no valor da opções determinada pelo histórico de empresas comparáveis à Companhia para o período de referência, (iv) taxa de dividendos que reflete a média de empresas comparáveis para o período de referência e (v) taxa livre de risco determinada pela curva de swap DI na data da outorga informada pela B3.

Por intermédio da oferta de Opções por meio de planos de investimento específicos aprovados pelo Conselho de Administração ("Plano"), os Investidores Elegíveis terão a possibilidade de, voluntariamente, adquirir em prazo e por preço previamente fixados, ações da Companhia.

O Programa está limitado a oferta de Opções representativas de até 3% do capital social total da Companhia, considerando o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Programa.

As Opções se tornarão exercíveis nos termos do Programa e do Plano, na proporção de 20% (vinte por cento) ao ano, a partir do primeiro ano da data da oferta, por um período de 5 (cinco anos). As Opções ofertadas nos termos deste Programa permanecerão válidas entre o 1° (primeiro) aniversário da data da oferta, até o 10° (décimo) aniversário da data de oferta. Após esse período as Opções não exercidas serão canceladas.

Em 23 de abril de 2025, os investidores Elegíveis adquiriram novas opções de compra pelo valor de R$ 300 (2024 – R$ 1.500), tendo o Programa de Investimento acumulado um total de R$ 20.237 em opções de ações, seguindo a conformidade com as premissas estabelecidas pelo Programa.

O valor pago pelos Investidores Elegíveis que optaram por aderir ao primeiro Plano teve como contrapartida o registro no patrimônio líquido da Companhia em reserva de capital. Quando exercidas, serão liquidadas através da emissão de novas ações, enquanto os atuais acionistas continuarão detendo ações ordinárias.

23 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida a seguinte:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receita de água	1.734.339	1.629.750
Receita de esgoto	1.987.556	1.820.745
Receita de vendas	4.844	2.629
Receita de construção	1.184.536	921.311
Receita do ativo financeiro	324.536	283.704
Outros serviços	29.866	77.802
	5.265.677	4.735.941
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(404.045)	(367.969)
Abatimentos e cancelamentos	(79.228)	(73.251)
	4.782.404	4.294.721

A receita líquida apresenta a seguinte composição:

	Consolidado	
	2025	**2024**
Receita de água	1.542.085	1.450.378
Receita de esgoto	1.757.705	1.609.677
Receita de vendas	4.331	2.629
Receita de construção	1.152.612	900.911
Receita do ativo financeiro	295.805	258.948
Outros serviços	29.866	72.178
	4.782.404	4.294.721

Não há clientes que representem individualmente mais de 10% da receita líquida do Grupo, exceto na controlada indireta RMR, por se tratar de uma concessão classificada como ativo financeiro e com propósito específico, no qual o faturamento é realizado junto à COMPESA (Poder Concedente) e representa 16,95% do total.

(b) Receita de construção

A receita líquida e o custo de construção estão relacionados aos contratos de concessão de longo prazo, sendo associados aos respectivos direitos conforme o tipo de ativo (intangível ou financeiro), e estão assim apresentados:

Empresa	Receita líquida de construção		Custo de construção		Margem de construção	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Intangível						
Rio Claro	13.010	9.894	(12.749)	(9.696)	261	198
Mauá	5.653	3.663	(5.540)	(3.590)	113	73
Blumenau	7.303	6.972	(7.157)	(6.832)	146	140
Santa Gertrudes	2.516	3.294	(2.466)	(3.228)	50	66
Mairinque	3.842	2.219	(3.765)	(2.175)	77	44
Uruguaiana	14.271	13.381	(13.986)	(13.114)	285	267
Porto Ferreira	5.065	7.609	(4.964)	(7.457)	101	152
Saneatins	153.117	107.495	(150.054)	(105.345)	3.063	2.150
Maranhão	41.448	39.221	(40.619)	(38.437)	829	784
Sumaré	73.047	68.524	(71.586)	(67.154)	1.461	1.370
Goiás	102.787	148.251	(100.731)	(145.284)	2.056	2.967
Macaé	10.274	16.671	(10.069)	(16.337)	205	334
Caçador	19.016	13.504	(18.636)	(13.234)	380	270
Limeira	30.537	23.080	(29.926)	(22.619)	611	461
Cachoeiro	13.691	9.658	(13.417)	(9.465)	274	193
RMM	343.833	227.319	(336.957)	(222.773)	6.876	4.546
Subtotal intangível	839.410	700.755	(822.622)	(686.740)	16.788	14.015
Ativo financeiro						
Rio das Ostras (i)		474		(463)		11
RMR	310.828	196.486	(303.978)	(192.156)	6.850	4.330
Manso	83	1.064	(80)	(1.040)	3	24
Jaguaribe	2.291	2.132	(2.241)	(2.085)	50	47
Subtotal ativo financeiro	313.202	200.156	(306.299)	(195.744)	6.903	4.412
Total	1.152.612	900.911	(1.128.921)	(882.484)	23.691	18.427

(i) Encerramento do contrato de PPP ocorrido em 1º de maio de 2024.

(c) Despesas por natureza

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Classificadas por natureza:					
Custo de construção				(1.128.921)	(882.484)
Pessoal					
Remunerações		(103.575)	(116.978)	(367.062)	(395.050)
Encargos sociais e trabalhistas		(29.418)	(28.506)	(117.287)	(110.404)
Benefícios		(26.174)	(20.960)	(160.699)	(148.159)
		(159.167)	(166.444)	(645.048)	(653.613)
Materiais		(569)	(362)	(336.589)	(351.322)
Serviços					
Aluguéis e condomínios		(1.376)	(2.191)	(42.066)	(31.022)
Energia elétrica			(74)	(150.864)	(162.855)
Manutenções		(8.906)	(5.225)	(69.047)	(63.078)
Auditorias, consultorias e assessorias		(23.250)	(24.195)	(61.515)	(76.681)
Serviços pessoa física e jurídica		(15.265)	(19.670)	(148.938)	(190.295)
Outros		(2.451)	(4.039)	(13.173)	(16.489)
		(51.248)	(55.394)	(485.603)	(540.420)
Tributos, taxas e contribuições		(981)	(1.163)	(55.958)	(54.588)
Partes relacionadas	20	289.986	303.555	54.637	60.588
Seguros		(629)	(672)	(10.441)	(12.626)
Depreciação e amortização		(119.532)	(120.631)	(708.536)	(670.581)
Viagens		(3.946)	(3.126)	(7.319)	(7.423)
Perdas de créditos esperadas				(125.603)	(89.849)
Outras		3.073	14.642	(16.010)	44.267
		(43.013)	(29.595)	(3.465.391)	(3.158.051)
Classificadas por função:					
Custo dos serviços prestados e vendas				(2.590.932)	(2.406.197)
Gerais e administrativas		(53.945)	(41.892)	(778.927)	(689.451)
Perdas de créditos esperadas				(125.603)	(89.849)
Outras receitas		10.932	12.297	30.071	27.446
		(43.013)	(29.595)	(3.465.391)	(3.158.051)

(d) Resultado financeiro

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras		92.606	87.854	282.885	234.706
Partes relacionadas	20	291.067	204.141	4.913	11.278
Variações monetárias		8.527	6.504	14.142	10.759
Operações de instrumentos financeiros derivativos			10.209		8.486
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos			133.252		133.252
Swap realizado de instrumentos financeiros derivativos		83.655	23.062	83.655	26.456
Multa e juros sobre atraso de recebimentos		5.157		66.002	59.318
Variações cambiais		120.672	24.164	120.831	25.495
Descontos condicionais obtidos				2.749	2.262
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)		(18.477)	(13.521)	(30.859)	(25.733)
		583.207	475.665	544.318	486.279
Despesas financeiras					
Comissões bancárias		(27.161)	(1.164)	(53.324)	(18.519)
Despesas com juros		(632.626)	(470.638)	(1.385.025)	(1.124.990)
Partes relacionadas	20	(6.167)	(3.613)	(11.450)	(13.966)
Tributos sobre operações financeiras		(7.166)	(11.848)	(13.152)	(17.256)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(15.407)	(16.172)	(15.407)	(9.557)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(102.443)		(102.443)	(2.990)
Swap realizado de instrumentos financeiros derivativos		(109.833)	(44.262)	(109.833)	(48.102)
Ajuste a valor justo do derivativo		(7.807)		(7.807)	
Ajuste a valor justo da dívida		(1.052)		(1.052)	
Descontos concedidos				(53.893)	(50.946)
AVP		(1.467)	(1.983)	(46.210)	(40.772)
Multa e juros por atraso de pagamento		(3)	(21)	(3.385)	(182)
Variações cambiais		(51.446)	(167.395)	(51.722)	(174.915)
Juros obrigações com benefícios pós emprego		(282)	(202)	(3.168)	(3.385)
Outras		(18.103)	(25.812)	(29.782)	(40.872)
		(980.963)	(743.110)	(1.887.653)	(1.546.452)
Resultado financeiro, líquido		(397.756)	(267.445)	(1.343.335)	(1.060.173)

24 Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões estratégicas, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo atua no segmento de Água e Esgoto, por meio de contratos de concessões públicas, parceria público-privadas, prestação de serviços, entre outros.

(a) Reconciliação dos resultados dos segmentos com a demonstração do resultado

	Consolidado					
						2024
	Água e esgoto	*Holding*	Ajustes e eliminações	Total de operações continuadas	Operações descontinuadas	Total de operações continuadas e descontinuadas
Receita líquida de serviços e vendas	4.294.721			4.294.721		4.294.721
Custos dos serviços prestados e vendas	(2.406.197)			(2.406.197)		(2.406.197)
Lucro bruto	1.888.524			1.888.524		1.888.524
Despesas operacionais gerais e administrativas	(730.070)	(49.230)		(779.300)		(779.300)
Outras receitas	16.746	10.700		27.446		27.446
Lucro operacional	1.175.200	(38.530)		1.136.670		1.136.670
Equivalência patrimonial		365.525	(369.427)	(3.902)		(3.902)
Receitas financeiras	197.267	527.662	(238.650)	486.279		486.279
Despesas financeiras	(985.035)	(800.067)	238.650	(1.546.452)		(1.546.452)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(64.534)	(2.259)		(66.793)		(66.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.478)	27.110		14.632		14.632
Perda na alienação de operações descontinuadas					(12.991)	(12.991)
Lucro (prejuízo) do exercício	310.420	79.441	(369.427)	20.434	(12.991)	7.443

	Consolidado				
					2025
	Água e esgoto	*Holding*	Ajustes e eliminações	Total de operações continuadas	Total de operações continuadas e descontinuadas
Receita líquida de serviços e vendas	4.772.512	9.892		4.782.404	4.782.404
Custos dos serviços prestados e vendas	(2.590.932)			(2.590.932)	(2.590.932)
Lucro bruto	2.181.580	9.892		2.191.472	2.191.472
Despesas gerais e administrativas	(849.323)	(55.207)		(904.530)	(904.530)
Outras receitas	19.190	10.881		30.071	30.071
Lucro operacional	1.351.447	(34.434)		1.317.013	1.317.013
Equivalência patrimonial		404.101	(405.292)	(1.191)	(1.191)
Receitas financeiras	284.561	584.834	(325.077)	544.318	544.318
Despesas financeiras	(1.201.523)	(982.640)	296.510	(1.887.653)	(1.887.653)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(87.600)	(282)		(87.882)	(87.882)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.438)	20.865		7.427	7.427
Lucro (prejuízo) do exercício	333.447	(7.556)	(433.859)	(107.968)	(107.968)

(b) Reconciliação por segmento de outros ganhos e perdas no resultado

	2024			
	Depreciação e amortização	Receitas financeiras	Despesas financeiras	IR e CS correntes e diferidos
Operações continuadas				
Água e esgoto	(541.755)	197.267	(749.997)	(77.012)
Holding	(128.826)	289.012	(796.455)	24.851
	(670.581)	486.279	(1.546.452)	(52.161)

	2025			
	Depreciação e amortização	Receitas financeiras	Despesas financeiras	IR e CS correntes e diferidos
Operações continuadas				
Água e esgoto	(588.861)	284.561	(911.180)	(101.038)
Holding	(119.675)	259.757	(976.473)	20.583
	(708.536)	544.318	(1.887.653)	(80.455)

(c) Ativos e Passivos

	2025				2024			
	Total de ativos	Investimentos em *joint ventures*	Adições nos ativos não circulantes	Total de passivos	Total de ativos	Investimentos em *joint ventures*	Adições nos ativos não circulantes	Total de passivos
Água e esgoto	17.650.152	65.139	712.049	11.609.084	17.106.683	55.795	943.116	11.071.743
Holding	2.102.298		194.679	4.876.111	2.126.940		876.991	4.818.493
	19.752.450	65.139	906.728	16.485.195	19.233.623	55.795	1.820.107	15.890.236

25 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

	Consolidado	
Tipo de cobertura	**2025**	**2024**
Seguros de garantia	2.774.598	1.221.969
Seguro aeronáutico (drone)	1.468	514
Responsabilidade civil	50.000	50.000
Risco de engenharia	1.992.046	1.583.704
Riscos operacionais	400.000	400.000
Veículos	2.000	2.250
Risco ambiental	130.000	130.000
Seguro cibernético	20.000	20.000
Seguro D&O	80.000	80.000

26 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Contas a receber	**Consolidado**	
	2025	**2024**
Total de movimentação do Contas a Receber (Nota 7)	315.153	216.137
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	75.357	54.529
Total das movimentações do Contas a Receber conforme demonstração do fluxo de caixa	390.510	270.666
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o contas a receber, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício	(12.817)	(22.076)
Garantias corporativas capitalizadas	(3.071)	(3.871)
Juros de mútuo capitalizado	(6.880)	(6.938)
Outras capitalizações	(4.727)	1.428
Fornecedores	(15.848)	549
Perdas de créditos esperadas	125.603	89.849
Margem de construção do exercício (Nota 23 (b))	(6.903)	(4.412)
Total	75.357	54.529

Ativos de contrato e Intangível	**Consolidado**	
	2025	**2024**
Total de adições dos ativos de contrato e intangível (Notas 10 e 12)	1.093.840	1.000.089
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	(398.546)	(359.651)
Total das adições nos ativos de contrato e intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	(695.294)	(640.438)
Transações de investimentos e financiamentos, que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa ou afetaram o caixa no exercício corrente e referem-se a adições de exercícios anteriores:		
Juros capitalizados no exercício	(334.360)	(313.569)
Aumento de capital	(28.365)	
Fornecedores	(19.033)	(32.067)
Margem de construção do exercício (Nota 23 (b))	(16.788)	(14.015)
Total das adições nos ativos de contrato e intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	(398.546)	(359.651)

Ativos de direito de uso e passivo de arrendamento	**Consolidado**	
	2025	**2024**
Total de adições de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento (Notas 11 e 14.2)	114.226	145.983

* * *

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha , brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 11.697.576-4, expedida pela SSP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 086.504.307-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 7º andar – Torre Paineira – Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BRK Ambiental Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 7º andar – Torre Paineira – Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 24.396.489/0001-20 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, e 31, §1º, inciso II da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 30 de janeiro de 2026.

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

BRK Ambiental Participações S.A. e controladas

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos auditores independentes

---

DECLARAÇÃO

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha , brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 11.697.576-4, expedida pela SSP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 086.504.307-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 7º andar – Torre Paineira – Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BRK Ambiental Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 7º andar – Torre Paineira – Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 24.396.489/0001-20 (“Companhia”), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, e 31, §1º, inciso II da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 30 de janeiro de 2026.

Felipe Cardoso de Gusmão Cunha
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores